

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE  
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**THOMAZ TOMMASI FILHO**

**POLÍTICA INTERNACIONAL E A BUSCA POR  
DEMOCRACIA: A PRIMAVERA ÁRABE**

**VITÓRIA**

**2017**

**THOMAZ TOMMASI FILHO**

**POLÍTICA INTERNACIONAL E A BUSCA POR DEMOCRACIA: A  
PRIMAVERA ÁRABE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz

**VITÓRIA**

**2017**

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
EMESCAM – Biblioteca Central

---

T655p Tommasi Filho, Thomaz.  
Política internacional e a busca por democracia: a Primavera Árabe / Thomaz Tommasi Filho. – Vitória: Emescam, 2017.  
110 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2017.

1. Democracia. 2. Política internacional. 3. Primavera Árabe.  
I. Cruz, César Albenes de Mendonça. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM.  
III. Título.

CDU: 321.7:327

---

THOMAZ TOMMASI FILHO

**POLÍTICA INTERNACIONAL E A BUSCA POR DEMOCRACIA: A PRIMAVERA  
ÁRABE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

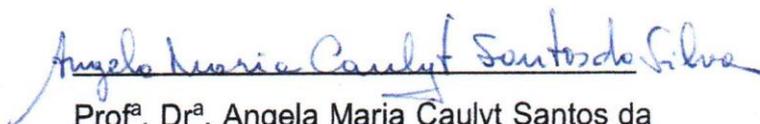
Aprovado em 19 de Junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA



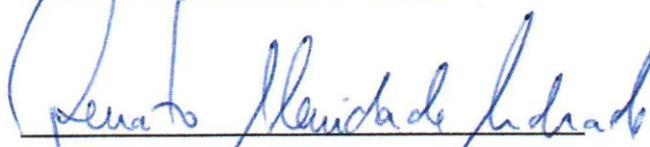
Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz  
Escola Superior de Ciências da Santa  
Casa de Misericórdia de Vitória

Orientador



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Angela Maria Caulyt Santos da  
Silva

Escola Superior de Ciências da Santa  
Casa de Misericórdia de Vitória



Prof. Dr. Renato Almeida de Andrade  
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico esse estudo a todos os corajosos e sonhadores que tem a capacidade de enfrentar toda antepaixão social e romper a barreira do egoísmo imposto pelas modernidades contemporâneas. Aos muitos loucos, que amam idealizar e realizar o bem comum.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Dr. Henrique Tommasi Netto, meu querido irmão, por me incentivar e me orientar sempre a sonhar. Também por me ajudar, desde escutando a uma reportagem que abriu as portas para a EMESCAM, até nos gestos mais fundamentais da vida.

À minha querida mãe, Dr<sup>a</sup>. Tereza Norma Borges de Oliveira Tommasi, por me fazer sonhar desde o dia em que me segurou em suas mãos pela primeira vez.

Ao Dr. Edmundo Tommasi, por ser um irmão que tem comigo uma amizade que transcende os laços de sangue.

À Dr<sup>a</sup>. Luanna Campi Tommasi, minha querida esposa, que ama com poderosa profundidade capaz de elevar minha alma e por ser companheira dessa e de todas as outras jornadas.

À querida Maricota, que é demonstração do respeito a vida, independente da condição pela qual ela se apresenta. Por ser amiga nas inúmeras horas escrevendo durante meses e meses, além de ter ajudado na correção ortográfica, mesmo que isso seja apenas na minha imaginação.

Ao professor Dr. Cesar Albenes de Mendonça Cruz, por compartilhar da paixão pela boa política e por ser um orientador com visão ampla, me conduzindo nas ousadias que eu propus.

À professora Dr<sup>a</sup>. Angela Maria Caulyt Santos da Silva, por ser uma professora que promove o debate com riqueza, sem se limitar com os conceitos pré-concebidos, lecionando com acuidade.

Ao professor Dr. Renato Almeida de Andrade, por aceitar participar dessa banca, contribuindo com o desenvolvimento do estudo.

À minha amiga Hingridy Fassarella Caliari, por me ajudar a subir os primeiros degraus desse trabalho.

À querida Yára Musiello Barcellos, pela dedicação e carinho ao me conduzir nos labirintos da EMESCAM.

Às duas figuras históricas que formam minha base intelectual, Nelson Mandela e São João Paulo II. Por mais que nunca saibam quem sou, meu humilde e fiel compromisso de sempre homenageá-los, sobretudo quando a jornada é advinda da inspiração de vossas passagens aqui na terra.

À Deus, que me permite viver essa viagem evolutiva com tanto amor e carinho.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, podem aprender a amar.”

(Prisioneiro da Ilha de Robben N° 466/64)

## RESUMO

As regiões do Norte da África e do Oriente Médio são historicamente conhecidas por abrigarem países com regimes políticos altamente ditatoriais. A democracia não tem espaço nessas nações, que são lideradas por governos despóticos que tem como chefes de Estado ditadores e monarcas que estão no poder há décadas. Durante muitos anos, com a excessiva violação dos direitos humanos, o povo que ali vive tornou-se pobre e oprimido, reféns do extremismo religioso e vulneráveis a todo tipo de violência para que esses governos fossem mantidos. Uma região profundamente conflituosa e fortemente belicosa, que quando entra em crise tem capacidade de gerar consequências em escala global, por isso a geopolítica internacional tem suas atenções voltadas para cada movimento que lá ocorre. Ao final de 2010, toda pressão exercida nos povos que vivem nessas duas regiões explode em forma de protestos e manifestações, que se alastram em mais de duas dezenas de países. Sendo assim, esta dissertação tem por objetivo entender a relação entre a Primavera Árabe e a busca por democracia em vinte países e dois territórios não reconhecidos pela ONU, situados no Norte da África e no Oriente Médio, no período entre dezembro de 2010 e julho de 2016. Por meio de um estudo de caráter exploratório, que conta com pesquisa bibliográfica como metodologia central, acompanhada de investigação documental extraída de inúmeros livros, filmes, reportagens, documentários e registros de viagem do autor, pode-se observar que o fenômeno abordado tomou diversos caminhos no decorrer de seus acontecimentos, pois em alguns lugares a democracia surge como esperança de liberdade e em outros a crise se agravou e guerras civis foram instaladas. É nesse sentido que se torna importante a apresentação desse trabalho, que desenvolve uma sistemática comparativa do desejo por democracia e as consequências por sua busca, quando o cenário é de forte repressão.

**Palavras-chave:** Democracia. Política Internacional. Primavera Árabe.

## **ABSTRACT**

The regions of Northern Africa and Middle East are historically known for having countries with highly dictatorial political regimes, the democracy does not have space in those nations, which are led by despotic governments that have as heads of state dictators and monarchs that are in power for decades. For many years, with excessive human rights violations, the people living there became poor and oppressed, hostages of religious extremism and vulnerable to violence for maintenance of these governments. A deeply conflicted region and strongly bellicose, when there is a crisis it is possible to happen global consequences, that is the reason to have attention of international geopolitics to each movement occurred there. By the end of 2010, all the pressure on the people who live in those two regions explodes as protests which spread in more than twenty countries. Called Arab Spring, those movements cause deep changes in the historical reality of many places. In the fight for democracy and a fair State, the consequences are diverse, each place must cohabit with renovations, since the achievement of the initial objective until the converse of the primary wishes, like the increased repression. Some political systems are renewed, some countries overthrow dictators that were in long-lived governments and others live in civil wars full of cruelty. In this sense I developed a study that sought to understand how this wave of protests occurred, what caused this popular revolt and the impacts and consequences to the world.

**Key words:** Democracy. International Politics. Arab Spring.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Grécia Antiga – Mapa .....	21
FIGURA 2 – Mapa do Norte da África e Oriente Médio .....	41
FIGURA 3 – O que é a “OTAN Árabe”? .....	45
FIGURA 4 – Mohammad Bouazizi .....	61
FIGURA 5 – Aniversário da Revolução Tunisiana .....	62
FIGURA 6 – Tunísia Street .....	62
FIGURA 7 – Imagens da Tunísia .....	65
FIGURA 8 – Ben Ali .....	67
FIGURA 9 – O Portão do Mar .....	73
FIGURA 10 – Ruínas romanas em Cartago .....	73
FIGURA 11 – Mapa da Síria .....	75
FIGURA 12 – Pai e filho, os exasperados e brutais ditadores sírios .....	77
FIGURA 13 – Kobane .....	85
FIGURA 14 – Como as Redes Sociais provocaram a Primavera Árabe .....	88
FIGURA 15 – Cartaz com propaganda política de Bouteflika .....	101

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> – Agência Central de Inteligência
CNT	Conselho Nacional de Transição
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
DICIO	Dicionário Online de Português
EAU	Emirados Árabes Unidos
EI	Estado Islâmico
EIIS	Estado Islâmico do Iraque e da Síria
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ESL	Exército Sírio Livre
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i> - Pátria Basca e Liberdade
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IRA	Exército Republicano Irlandês
ISIS	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i> – Estado Islâmico do Iraque e da Síria
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
RAU	República Árabe Unida
SUS	Sistema Único de Saúde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 DEMOCRACIA</b> .....	<b>20</b>
<b>3 GEOPOLÍTICA</b> .....	<b>38</b>
3.1 O TERRORISMO .....	48
3.2 A QUESTÃO DO REFUGIADO .....	53
<b>4 A PRIMAVERA ÁRABE</b> .....	<b>59</b>
4.1 INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS .....	86
4.2 UMA REGIÃO INFLUENCIADA .....	90
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Tunísia foi palco do início de um dos maiores e mais fortes movimentos pró-democracia nas últimas décadas. Este estopim aciona uma carga explosiva, uma onda de protestos e manifestações que se alastram pelo norte do continente africano e pelo Oriente Médio, em especial na Península Arábica. Foram afetados ao todo vinte países, além da Faixa de Gaza e da Cisjordânia que abrigam a bandeira Palestina e do grupo étnico Curdo, que se autodenomina Curdistão por ocupar partes adjacentes do Irã, Iraque, Síria e Turquia. Desde pequenos protestos, passando por grandes manifestações e chegando aos conflitos armados e violentos com capacidade de gerar, como consequência, guerras civis, este foi um movimento que teve a internet como plataforma mobilizadora das massas e o desejo de liberdade como combustível (MONTENEGRO, 2014).

O ponto de partida para este estudo é a importante reflexão sobre a busca por ambientes democráticos em todo mundo. Neste quesito um desafio é lançado, pois a definição de democracia tem várias vertentes e muitas variações. Em verdade, como exposto em Chaui (2007) a democracia tem um ar enigmático, muito por suas mutações durante o decorrer da história, sendo um tema sempre abordado de tempos em tempos. É importante observar uma plural vastidão na tentativa de elucidar este assunto, desde autores como Aron (1966), que entrega ao sufrágio universal a responsabilidade de operar a vontade popular e ainda classifica a política como um bem comparável a um “bem material” ao afirmar que “a concorrência por bens políticos pode ser comparada à concorrência por riquezas”, chegando ao filósofo marxista Carlos Nelson Coutinho, que expõe uma visão socialista. Ao defender uma participação mais efetiva por parte da classe trabalhadora junto aos meios e processos de governar, Coutinho (1979, p. 38) afirma que

[...] o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – *ou deve eliminar* – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo. A superação da alienação econômica é condição necessária mas não suficiente para a realização do humanismo socialista: essa realização implica também a superação da alienação política.

Ao compreender, por meio de um compêndio produzido por renomados pensadores, o que é a democracia e, assim, trabalhar a diversidade de visões relativas ao assunto, esta pesquisa adota como fio condutor a definição do escritor austríaco Joseph Schumpeter sobre a filosofia da democracia do século XVIII. Para Schumpeter (1961, p. 300)

[...] o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade [...].

Sustenta-se, pois, que existe um *bem comum*, o farol orientador da política, sempre fácil de definir e de entender por todas as pessoas normais, mediante uma explicação racional.

Nessa concepção, a administração de assuntos ligados a sociedade e que fazem parte do bem comum, tem a necessidade de ser entregue a indivíduos capacitados tecnicamente para desenvolver as ações resolutivas, contudo torna-se inadequado que a cada decisão a ser tomada uma consulta seja feita a todos os membros de uma sociedade, independentemente do tamanho que ela tenha. Mais acertado é que este grupo de cidadãos sejam consultados apenas nos assuntos de extrema importância com a utilização do instrumento do *referendum*, já nos assuntos diários e na condução do governo as decisões ficam a cargo de um conselho, escolhido pela comunidade em forma de assembleias, parlamentos. A composição destas câmaras deve ser feita por representação indireta via voto popular, constituindo um extrato da sociedade que o elege. Sendo que esse conjunto de delegados “não representará o povo no sentido legal, mas o fará numa acepção técnica – representará, refletirá, ou dará voz à vontade do eleitorado” (SCHUMPETER, 1961, p. 301).

Acompanhando a perspectiva apresentada por Schumpeter, a questão democrática ganha notoriedade e importância pontualmente nesta região do planeta no final de 2010, justamente por ter abrigado e, muitas vezes ainda, por abrigar regimes políticos altamente totalitários, algumas monarquias e ditaduras que se perpetuavam – em alguns casos ainda permanecem – no poder há décadas, sempre com históricos de corrupção, guerra e violação dos direitos humanos, tudo isso com claro foco em perenidade, pois esta região tem inúmeras disputas imperialistas históricas

e uma riqueza imensurável oriunda do petróleo. Esta é a única região do mundo que não conta, e nunca contou, com uma potência local capaz de organizar a economia por meio de uma atuação hegemônica, além de ter propiciado a criação de estados que nascem logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, provenientes de conflitos anárquicos. Seja pelo rigor e radicalismo impostos pela religião ou até mesmo a violência causada pela atuação militar, o Norte da África e o Grande Oriente Médio, formam uma zona pivô da Eurásia e são palcos de constante opressão originada em projetos despóticos (VISENTINI, 2014).

Após conhecer e se aprofundar quanto as diversas visões do que é a democracia, o presente trabalho expõe um cenário determinado pela geopolítica e busca compreender as tensões históricas estabelecidas na região. Sobretudo, procura-se entender a participação internacional na construção de ambientes democráticos em uma região tão conflituosa. Além disso, aprofunda-se em assuntos que são consequências de toda turbulência causada nestes países, como a questão dos refugiados, que segundo a Organização das Nações Unidas faz com que estejamos vivendo a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial (ACNUR, 2016), além do terrorismo, que não é uma invenção do povo islâmico como muitos tentam transparecer (VISENTINI, 2014), mas que encontra oportunidade neste ambiente fértil para o derramamento de sangue.

Diante dessa perspectiva, essa dissertação mergulha na onda de protestos e manifestações denominada Primavera Árabe. Tendo como ponto de partida o seu início em Túnis, capital da Tunísia em dezembro de 2010, passando pelas motivações de uma série de povos oprimidos, pelas mobilizações proporcionadas pela guerra cibernética travada entre algumas ditaduras e hackers (MONTENEGRO, 2014) e atingindo os dias de hoje, com consequências em escala global. Para Visentini (2014) a instalação de uma crise generalizada na região proporcionou uma onda muito semelhante à da Primavera dos Povos europeus de 1848. Desde sua essência, que era o combate a governos totalitários e até por suas características geográficas, pois cada país vive uma realidade distinta e tem motivações específicas. A Primavera Árabe foi um acontecimento histórico catalisador de anseios populares que desejavam reformas profundas e transformações em regimes

políticos absolutistas. Um enfoque especial fica por conta das profundas transformações democráticas ocorridas na Tunísia e a guerra civil instalada na Síria que teve, em princípio, manifestações pacíficas, mas se tornou um massacre armado, além dos desdobramentos deste levante para toda região.

Para completar, este estudo busca expor a importância de um ambiente democrático saudável para que possam ser elaboradas políticas públicas eficientes para população. A ausência de democracia gera o totalitarismo, ou seja, a função de escolher, que é atribuição do povo, garante além da escolha de um projeto de poder propriamente dito a criação de um sistema de rodízio, evitando a tirania. Tudo isso, para que se preserve a vontade do bem comum, o desejo do povo. Segundo Schumpeter (1961) os membros de uma comunidade, independentemente do tamanho que ela tenha, tem consciência das metas que querem ser atingidas pelo governo que elegeu, desta forma “discernindo o que é bom do que é mau, tomam parte, ativa e honestamente, no fomento do bom e no combate ao mau” (SCHUMPETER, 1961, p. 300). Já pelo prisma de um governo despótico, o interesse é a manutenção do poder e a vontade de fazer negócios individuais, sendo que a vontade do povo torna-se assunto inferior. Essa é uma visão que permeia todo o trabalho, no intuito de explorar a realidade de uma região conturbada.

Contudo, o presente estudo justifica-se por apresentar o quanto é importante a busca por democracia, principalmente em contextos onde os direitos humanos fundamentais são violados. Entretanto, muitas vezes essa luta pode levar a inúmeras consequências como a democracia e a participação popular (objetivo inicial destas manifestações) ou até mesmo pode entregar um futuro incerto onde o nível de degradação social chega a limites inimagináveis, devido aos conflitos e guerras, nos casos em que grupos armados e governos tentam se sustentar ou ocupar espaços.

Por este olhar, essa dissertação apresenta um relativo caráter inédito, ou ao menos uma abordagem extraordinária, que aqui se apresenta como um holofote onde a escuridão é a tônica. Com isso, ganha espaço importante pois esse assunto tem poucas abordagens acadêmicas no Brasil, sendo apenas acompanhado pela

perspectiva do estudo do jornalismo e da cobertura midiática em si, ou até mesmo com foco na questão do refugiado como consequência deste período da história. Ou seja, aqui a Primavera Árabe é estudada como um fenômeno democrático que gerou consequências capazes de mudar os rumos de uma região importante do planeta e com influência em todas as outras, sempre percebendo que as características de cada país foram determinantes para o desenvolvimento destes movimentos revolucionários.

O problema que esse trabalho expõe e que tem como elemento direcionador é apresentado ao questionamento: quais as consequências da busca por democracia por meio da onda de manifestações chamada Primavera Árabe, em países onde o ambiente governamental é altamente rígido, fechado e despótico, onde as liberdades são cerceadas e a vontade popular tem um plano inferior, muitas vezes não tem plano algum?

Para que se possa responder ao problema apresentado, traçou-se como objetivo geral: entender a relação entre a Primavera Árabe e a busca por democracia em vinte países e dois territórios não reconhecidos pela ONU, situados no Norte da África e no Oriente Médio, no período entre dezembro de 2010 e julho de 2016. Já como objetivos específicos, foram apontados: a) compreender, por meio de um compêndio produzido por renomados pensadores, o que é democracia; b) compreender a interferência da geopolítica na construção da democracia na região; e c) compreender como surgiu e se desenvolveu a onda de protestos e manifestações que ficou conhecida como Primavera Árabe, tendo como referência duas experiências: Tunísia e Síria.

Este é um estudo de caráter exploratório, que conta com a pesquisa bibliográfica como metodologia central, acompanhada da pesquisa documental. Segundo Ferrão (2008, p. 58) “a pesquisa bibliográfica tem por finalidade, conhecer as diferentes formas de contribuições científicas que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno”. Assim sendo, o leitor do presente trabalho de pesquisa pode acompanhar um estudo aprofundado que levou em consideração conteúdos de

livros, filmes, séries televisivas, documentários, reportagens e registros de viagens do autor.

Sendo assim, tendo como considerações iniciais e introdutórias as informações apresentadas até aqui, essa dissertação contém a seguinte composição estrutural:

Apresentamos no primeiro capítulo, com o título DEMOCRACIA, onde busca-se entender pontos de vista e definições de alguns autores e estudiosos quanto a interpretação do conceito de democracia, com o objetivo claro de apresentar uma visão ampla quanto ao assunto e encontrar um fio condutor e basilar para a pesquisa.

No segundo capítulo apresentamos ao leitor o contexto relativo às interferências políticas internacionais na região estudada, que tem consequências históricas e fazem parte das motivações do contexto aqui analisado. Intitulado GEOPOLÍTICA, este capítulo além de apresentar a atuação de outras nações no território estudado, aborda a atuação dos principais grupos terroristas daquela localidade e a questão do refugiado, por meio dos subtítulos O TERRORISMO e A QUESTÃO DO REFUGIADO.

A seguir, no terceiro capítulo, o assunto principal é apresentado com o título A PRIMAVERA ÁRABE. Dessa forma, com a intenção de entregar ao leitor uma visão mais aprofundada da onda de manifestações e protestos que buscaram um ambiente democrático, a abordagem tem como foco dois países que tiveram grandes participações e que foram frontalmente influenciados: a Tunísia e a Síria. Dentro do mesmo capítulo, mais abaixo como subtítulos, são apresentadas as formas de mobilização feitas pela internet e as consequências dos outros países envolvidos nesse fenômeno, nominados de INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS e UMA REGIÃO INFLUENCIADA.

No fechamento, com o título CONSIDERAÇÕES FINAIS, o autor apresenta suas conclusões extraídas da pesquisa. Desta forma, propõe um olhar para o futuro,

tendo como ponto de partida a revolução que foi promovida em uma região já abalada por acontecimentos extremos.

## 2 DEMOCRACIA

Por se tratar de um assunto complexo, a definição do que é democracia pode ser encontrada por diversas óticas e perspectivas. Ao assumir esse desafio, o presente estudo aponta introdutoriamente a definição mais direta, encontrada no dicionário de política, ou seja, seu significado formal. É aí que a acepção expressa do que é a palavra democracia torna-se palpável, segundo Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 326)

[...] um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de um Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. A Democracia é compatível, de um lado, com doutrinas de diverso conteúdo ideológico, e por outro lado, com uma teoria, que em algumas das suas expressões e certamente em sua motivação inicial teve um conteúdo nitidamente antidemocrático, precisamente porque veio sempre assumindo um significado essencialmente comportamental e não substancial.

A etimologia dessa palavra nos remete aos primórdios da organização humana enquanto sociedade. As origens do sistema político democrático remontam a Grécia Antiga, onde a *polis*, nome dado as cidades-estados gregas, eram organizadas com sistemas políticos bem definidos. Conforme apontado por Santos (1994, p. 82) “a polis, cidade-estado grega, é uma comunidade com governo autônomo, controlando territórios em geral menos densamente povoados”, caracterizando-se ainda por aglomerar riquezas e indivíduos no que tange as decisões a serem tomadas no espaço urbano até então delimitado, dividindo essa comunidade em estrutura bipolar, onde de um lado concentram-se aqueles que são dominados e de onde retiram-se as provisões e a subsistência e do outro onde as disputas de poder coexistem, o político, o religioso e o administrativo. Como sociedade constituída de forma global, esses aglomerados populacionais, que tinham inicialmente em torno de 10.000 habitantes por *polis*, suportam diversidade de regimes políticos como o oligárquico, o aristocrático e o democrático, por exemplo (SANTOS, 1994).

Dentro do período histórico denominado por Grécia Antiga, é destacado o recorte temporal que compreende os séculos VI, V e IV a.C. e é conhecido como Período Clássico. Muito do que se entende por organização social e civilizatória ocidental

tem origem no processo de desenvolvimento inaugurado nessa época. Mesmo que na aplicação operacional, ou seja, o dia a dia, não se possa compreender que tudo que ocorria na *polis* incorpora idêntica reprodução nos dias de hoje em nossa sociedade, afinal ela teve suas aplicações caracterizadas na realidade daquele momento, é importante concluir que houve forte inspiração e o fator originário do que foi produzido por essa sociedade é a base de muito do que conhecemos na atualidade. Isso posto, é significativo destacar duas inovações tecnológicas implementadas nas *poleis* que demonstram a força desse período, são elas: a invenção da escrita e a cunhagem de moedas. Contudo, vale destacar que apesar do lento caminho que se percorreu para difusão da literatura, ganha relevante posição histórica o fato das leis terem sido registradas na forma escrita e com isso consolidou a utilização legal das regras que regem as cidades, desenvolvendo o aspecto burocrático, além da conservação da produção cultural e do desenvolvimento político (SANTOS, 1994).

**FIGURA 1 – GRÉCIA ANTIGA - MAPA**



Fonte: Disponível em: <<http://reinodashistorias.blogspot.com.br>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

A supremacia da lei é um dos legados que a Grécia nos deixa como determinante a prática política contemporânea. Todavia, a democracia em si estabelece papel fundamental na sustentação do sistema político que conhecemos. O comportamento democrático tem seu marco inaugural na *polis* Ateniense onde, assim como em todas outras *poleis*, o poder político pertence ao cidadão, as instituições que os congregam e nas personalidades que comandam essas instituições. É relevante destacar que nesse período entendia-se como cidadãos apenas os homens com mais de vinte e um anos filhos de pais e mães naturais da *polis*, dessa forma excluindo mulheres, estrangeiros, servos e escravos. Combatendo a tirania que imperava na época, a população avança exigindo mudanças e transformações sociais, com vistas a existência mais justa, criando assim a *polis* clássica. O povo passa a demandar por posse das terras, única forma de riqueza na época, além da diminuição da escravidão e outros direitos que antes não tinham. É nesse contexto que as bases para a democracia surgem, na tentativa de se conceder mais ao povo, pois a reforma agrária já não é suficiente. Contudo, o início não é fácil pois a luta por poder passa a ganhar novos contornos, as famílias mais poderosas buscam se estabelecer e ganhar espaço com a criação de castas, com imposições oriundas de um sistema de censo que dividiu a sociedade em tarefas. A base dessa pirâmide contempla duas classes de indivíduos, os Tetas (trabalhadores) e os Zeugitas (companheiros de jugo), que tem apenas direito a participar das assembleias e de desenvolver atividades subalternas (SANTOS, 1994).

Entretanto, todas as mudanças apresentadas não foram suficientes e a estabilidade política não é alcançada. A *constituição dos Atenienses V-XX*, registrada por Aristóteles descreve toda passagem e transformação que a sociedade grega sofre. Com uma passagem histórica reluzente e com brilho intenso, Clístenes é considerado um dos pais da democracia além de ser herdeiro da obra de Sólon que promoveu as reformas iniciais. Ao tomar o poder para estabelecer bases políticas mais sólidas que fazem assim consolidar a democracia Ateniense. Clístenes executa sua tarefa ao reconfigurar toda lógica que sustenta a concepção da cidade-estado. Como demonstração do esforço em quebrar velhas tradições e permitir o avanço das transformações feitas pelo novo líder, Santos (1994, p. 89) destaca que Clístenes:

Anulando completamente a estrutura tradicional das quatro tribos introduziu novas divisões que inviabilizavam as formas tradicionais de prestação e administração do poder. Criou dez *phylai* (o termo e a tradução 'tribo' continuam a ser os mesmos, mas o seu sentido foi inteiramente subvertido), cujo território agrupava uma parte na zona urbana, outra na montanha e uma terceira no porto.

Ao anular os privilégios das quatro tribos tradicionais, dividindo a população em dez novas tribos que passam a ter distribuição de forças mais equilibradas, o novo líder inaugura uma estrutura administrativa mais justa, permitindo assim uma participação mais igualitária por parte do povo ateniense. Dois ambientes, já existentes antes da chegada de Clístenes ao poder, formam o principal palco para as decisões de gestão da cidade. O primeiro é a Eclésia, principal assembleia de Atenas aberta a todos aqueles que eram considerados cidadãos, com formato de participação direta, além de papel deliberativo, a Eclésia tinha importante função fiscalizatória das atividades daqueles que ocupavam posições públicas. Já o segundo ambiente tinha muito poder, mas uma composição mais restrita. Muitas vezes chamado de conselho ou senado, o Bulé, designando por Conselho dos Quinhentos, era composto por cidadãos indicados pelas tribos. A partir dessa nova configuração implementada por Clístenes, cada uma das dez tribos passou a indicar cinquenta membros por meio de sorteio, que deveriam participar desse conselho apenas duas vezes durante toda sua vida. O poder passou a ser rotativo, dessa forma cada uma das dez tribos se revezavam na liderança do Bulé, permitindo que todos pudessem um dia liderar o processo decisório. Todo esse sistema bicameral contava ainda com a supervisão de um corpo militar formado por dezoito membros, nove Estrategos – cargo militar similar ao de general – e nove Arcontes – atividade militar com similaridade a de um magistrado –, que anualmente eram eleitos por um colégio formado pelos líderes das dez tribos (SANTOS, 1994).

Por mais que sejam observadas inúmeras similaridades e esse seja o passo inaugural de um pensamento democrático, certamente não se deve comparar de forma literal essa estrutura administrativa com a que conhecemos na atualidade, onde a formação dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário são a base da estrutura de poder em uma democracia. O fator primordial para que haja uma forte diferença ao que se praticava na Grécia Clássica com o que se aplica na

contemporaneidade é a incorporação da religião e do militarismo em todas as instâncias de poder dos gregos em sua antiguidade, pois tornaram-se ferramentas para potencializar a aplicação das leis, com o intuito de que fossem cumpridas em sua totalidade. Um exemplo do quão profundo e importante é o legado deixado pelos atenienses com o desenvolvimento desse sistema político, é observado junto aos avanços no campo do conhecimento, como o sistema educacional nominado por Paideia, que objetivava formar o cidadão com o desenvolvimento de temas ligados a ginástica, gramática, música, matemática, geografia, história natural, retórica e filosofia. Tudo isso só foi possível porque esse povo, nesse período da história, criou e desenvolveu o berço do pensamento democrático. Orientador para o futuro, esses avanços ficam muito claros no relato de Santos (1994, p. 96-97), que diz ao refletir e avaliar os rumos que a humanidade deve tomar ao final da década de 1990:

Tenho vindo a argumentar achar-se a razão de tal identificação no triunfo global da democracia a que assistimos no fim deste milênio. É ele que nos leva a concentrarmo-nos nesse breve instante da História em que numa única cidade se condensam os ideais que conduzirão esta civilização até ao seu presente.

Talvez seja uma ilusão. Talvez não nos seja lícito olhar o passado como uma viagem orientada para este único destino. Talvez a sensação de realização e de angústia com que pela primeira vez um mundo inteiro questiona o seu futuro repita a interrogação de todos os intelectuais que viveram em épocas de viragem. Seja como for, tenho a sensação de que a reaprendizagem das lições do passado só nos prepara para melhor optarmos entre os futuros que se nos deparam.

Um destaque vale ser feito aos registros que são encontrados relativos a Platão e o ideário comunista. Mesmo que longínquo de sua materialização nos princípios de sua aspiração, pode-se encontrar semelhança em suas ideias expostas em *A República*, onde as origens do comunismo foram observadas. Mesmo que Platão não se refira a totalidade do povo e guardadas as proporções que a sociedade em que ele viveu davam como realidade, Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 204) retratam sua contribuição ao sustentarem que:

Costuma-se fazer remontar a Platão a primeira formulação orgânica de um ideal político comunista. Na *República*, de fato, onde traça o modelo de cidade ideal, ele prevê a supressão da propriedade privada, a fim de que desapareça qualquer conflito entre o interesse privado e o Estado, e a supressão da família, a fim de que os afetos não diminuam a devoção para o bem público. O acasalamento dos sexos deve ser temporário e os filhos

devem ficar desconhecidos aos pais: o Estado proverá a sua educação e criação.

Tanto as cidades gregas denominadas de *polis*, quanto a República Romana, que foi datada em cerca de 509 a.C. há 27 a.C., ganham uma nova definição nos escritos do diplomata e militar florentino Nicolau Maquiavel, em seu ambiente público. Nesse sentido, é considerável entender que mesmo que Maquiavel não defenda o conceito de democracia, por sua relevância histórica na ciência política, é importante fazer o destaque de que é cunhado, pela primeira vez por Maquiavel no livro *O Príncipe* o termo Estado, ao buscar definir uma sociedade organizada e que habita um determinado território com delimitação geográfica, constituindo um corpo nacional, onde as relações entre Estados distintos passam a ser reconhecidas como assuntos da comunidade internacional. Maquiavel consolida seu pensamento, ao usar a palavra Estado quando afirma existirem duas formas de governo, os principados e as repúblicas. Segundo ele, os principados são formados com lógicas monárquicas, já as repúblicas podem ser conduzidas pelas vias aristocráticas ou democráticas. É a partir desse pensamento que se pode entender que a vontade de quem governa pode ser de uma pessoa, no caso da condução feita em um principado, ou de uma coletividade quando o sistema de governo é o de uma república. Fica clara a diferença entre a vontade de um soberano e a vontade popular, mesmo que pelo prisma da república aristocrata, com a coletividade erguem-se regras de conduta pautadas em uma proximidade popular. No caso da democracia, isso é apontado nas decisões tomadas em assembleias populares (BOBBIO, 1981).

Essa delimitação geográfica é necessária para organização da convivência em sociedade e para que se possam ser supridas as necessidades que o homem não consegue perfazer quando pertencente ao estado de natureza, onde o indivíduo, livre e senhor absoluto de sua própria pessoa e de suas posses, depende exclusivamente de sua força e de sua capacidade pessoal. É aí que se torna fundamental o entendimento e a formação de uma comunidade, independente do seu tamanho, para que as relações sejam mediadas e para que os conflitos, suportados por leis, possam ser resolvidos com justiça, para que se atinja o conceito de igualdade por meio da forte representação político-parlamentar, dentro da lógica

monárquica, transmitindo a legitimidade do poder do monarca para conceder ao indivíduo este protagonismo. Segundo o filósofo inglês Locke (1991, p. 264)

O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade. Para este objetivo, muitas condições faltam no estado de natureza:

Primeiro, falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum, como padrão do justo e injusto e medida comum para resolver quaisquer controvérsias entre homens; [...]

Em segundo lugar, no estado de natureza falta um juiz conhecido e indiferente com autoridade para resolver quaisquer dissensões, de acordo com a lei estabelecida; [...]

Em terceiro lugar, no estado de natureza falta muitas vezes poder que apoie e sustente a sentença quando justa, dando-lhe a devida execução. Os que ofendem por qualquer injustiça raramente deixarão de, pela força, sempre que foram capazes, sustentar a injustiça; [...]

Muitas são as formas de se conquistar o poder e de governar uma sociedade. Entretanto, quando de sua constituição, é importante entender que a conquista obtida por meio da força não tem sustentação. Segundo Rousseau (1978, p. 25), “o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever”. É dessa forma que fica claro não haver o direito do mais forte, afinal toda vez que alguém mais forte se apresentava esse direito mudaria de mão. Assim sendo, um povo não se entrega a um déspota unicamente para que se obtenha tranquilidade civil, afinal o desejo de poder de quem governa nessas condições é particular e não pretende atender a vontade de uma coletividade. A liberdade de escolha e de definir seu destino é condição inalienável de um povo, pois “renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres” (ROUSSEAU, 1978, p. 27). Isso também é reforçado pelo fato de que o homem não pode entregar a liberdade de seus filhos, ou seja a liberdade das futuras gerações devem ser consideradas. Torna-se então ilegítimo o amparo legal na escravidão, seja de um indivíduo ou até mesmo de um povo, pois ninguém se entrega para que seja subjugado, para que seja escravo de maneira natural, afinal a liberdade é o bem mais íntimo do indivíduo. Desta forma não se pode considerar que exista direito a escravidão, afinal ele é nulo e as palavras direito e escravidão são contraditórias (ROUSSEAU, 1978).

Fica claro, segundo Rousseau (1978) que existe um abismo enorme entre subjugar e reger. Independentemente do tamanho, uma sociedade composta de uma multidão ou um pequeno aglomerado de homens isolados, se forem subjugados tornam-se escravos e não um povo governado por seu líder. Com isso, ao obrigar e forçar um determinado sistema de governo, isso é a imposição por meio de uma agregação, sem um bem público ou um corpo político, focado e enfatizado em objetivos particulares. Desta forma, divergindo frontalmente de uma associação, que tem como objetivo o bem comum. Quando um povo é subjugado pelo poder particular e conduzido ao despotismo, este povo fica refém da sorte de seu déspota, uma conexão frágil capaz de ruir com a morte ou fim de seu ciclo (ROUSSEAU, 1978).

A soberania deve pertencer ao povo, a decisão tem de ser aquela que atenda a vontade geral, pois essa soberania é inalienável. Isso fica claro quando Rousseau (1978, p. 43) diz:

A primeira e a mais importante consequência decorrente dos princípios até aqui estabelecidos é que só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmo interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.

Existe grande diferença da vontade particular, que prima por seus pleitos individuais e tem tendência a solucionar seus problemas e suas necessidades. Já a vontade geral tende a um comportamento coletivo, a busca por caminhos e soluções que sejam para todos e fundamentalmente igualitárias. Contudo, por esse motivo, o interesse particular e a utilidade pública não podem coexistir. É, portanto, fundamental entender que a soberania deve ser indivisível, pois deve levar a um lugar comum, sendo que necessita pertencer à vontade geral, fazendo da lei seu instrumento garantidor (ROUSSEAU, 1978).

É primordial entender, pelo prisma teórico, que a vontade geral sempre tem comportamento correto, encontrando-se com a utilidade pública em suas tendências.

Para que isso seja verdadeiro é fundamental que o povo seja suficientemente bem informado, na intenção de que ao deliberar rume para vontade geral. Mesmo que o povo não seja corrompido nesse desejo de busca pelo bem-estar comum, é com frequência que possam ser enganados. Muitas vezes, nesse intuito de manter a soberania nas mãos do povo, ele, em alguns casos, é levado ao erro, causando dessa forma um prejuízo à vontade geral. Não se pode confundir a vontade de todos com a vontade geral, pois ela é apenas a soma das individualidades e não aquilo que almejam todos coletivamente. Essa desinformação pode levar a vontade de todos a atropelar a vontade geral (ROUSSEAU, 1978).

Dentre as formas de governança, o equilíbrio na gestão dos interesses públicos, obtido por aqueles que são governados, é na democracia que se encontra todo poder da coletividade naturalmente em si. O homem, ao reunir-se em comunidade, usa da criação de leis destinadas ao convívio em corpo social, dando poder aos funcionários que devem executá-las com periodicidade. São estas leis que garantem segurança, paz e posse da propriedade, o grande objetivo do convívio em sociedade por parte do homem. Para que haja preservação desse direcionamento de agrupamento social e correta condução do bem público, é relevante que se estabeleça um poder legislativo forte, que tenha como fundamento e lei principal a conservação dessa sociedade. Deve ser ainda considerado um poder supremo da comunidade, além de sagrado e inalterável, sempre pertencente ao bem comum. Deve ainda, ser escolhido e nomeado pelo povo, pois sem consentimento da sociedade e sem servir a esse coletivo, torna-se despropositado. Sua função é apenas de legislar, sendo assim não tem poder para governar, muito menos por meio de decretos. Também não cabe ao legislativo julgar, sendo essas limitações a verdadeira garantia de que, isento, possa criar leis que equilibrem o convívio (LOCKE, 1991).

Não apenas como complemento ao que foi apresentado no parágrafo anterior da obra e do pensamento criado por Locke (1991), mas em um diálogo que rompe a barreira do tempo, sobre a independência dos poderes legislativo e executivo, Rousseau (1978, p. 83) desenvolve a seguinte abordagem:

Aquele que faz a lei sabe, melhor do que ninguém, como deve ser ela posta em execução e interpretada. Parece, pois, que não se poderia ter uma constituição melhor do que aquela em que o poder executivo estivesse jungido ao legislativo. No entanto, justamente isso torna o governo insuficiente em certos aspectos, porque as coisas que devem ser distinguidas não o são, porque o príncipe e o soberano, não sendo senão a mesma pessoa, formam por assim dizer um Governo sem Governo.

Não será bom que aquele que faz as leis as execute, nem que o corpo do povo desvie sua atenção dos desígnios gerais para emprestá-la aos objetivos particulares. Nada mais perigoso que a influência dos interesses privados nos negócios públicos.

Seguindo ainda a visão de Rousseau (1978), a democracia existe quando todo povo, ou maior parte dele, governa com o consentimento do soberano, nesse caso o líder do poder executivo não deve tentar sobrepor sua função com a do legislador, sendo que o poder legislar encontra refúgio nas mãos da sociedade. Entretanto, fica claro seu entendimento de que não é possível encontrar uma sociedade que consiga exercer uma democracia pura e integral, em sua operacionalização prática. Isso ocorre pelo fato de se tornar impossível manter o povo, em sua integralidade, em permanente estado de assembleia, para que pudesse tomar decisões em tempo real quanto aos negócios públicos, afinal tornar-se-ia uma massa improdutivo. Da mesma forma, que ao criar comissões, interesses particulares e individuais daqueles que compõe essas comissões possam influenciar suas decisões e acabar não realizando com totalidade a vontade de uma determinada população. É nesse sentido que o conceito de virtude, sempre necessário e estabelecido por Montesquieu em complemento a potencialidade que pode ter o estabelecimento de leis, torna-se ferramenta primordial no fortalecimento e no equilíbrio de governos populares. Outro fator fundamental, para que esse fortalecimento e equilíbrio sejam possíveis em gestões democráticas, encontra-se na vigilância e no esforço diário que cada cidadão deve ter em manter-se focado na manutenção de um formato original, sem que fique sofrendo transformações capazes de, com o tempo, transfazer em um regime que atenda aos interesses particulares das elites e dos poderosos estabelecidos nessas comunidades (ROUSSEAU, 1978).

Sendo o voto o principal instrumento garantidor da vontade geral, pois é produto da soma das individualidades de uma comunidade, além de inclui-la como dever de cada cidadão, Rousseau (1978, p. 21) destaca, com veemência, na introdução de seu célebre livro *Do Contrato Social* que:

Tendo nascido cidadão de um Estado livre e membro do soberano, embora fraca seja a influência que minha opinião possa ter nos negócios públicos, o direito de neles votar basta para impor o dever de instruir-me a seu respeito, sentindo-me feliz todas as vezes que medito sobre os governos, por sempre encontrar, em minhas cogitações, motivos para amar o governo do meu país!

Quando avaliada pela ótica da filosofia, a democracia passa a ser estudada e trabalhada, no campo teórico, por um olhar que considera o homem ideal em sua essência natural, onde devem ser elucubradas as ferramentas fundamentais para sua sobrevivência nas interações exigidas pelo convívio em sociedade. Essa abordagem filosófica foi desenvolvida com enorme diligência e profundidade por filósofos como Platão, Aristóteles e São Tomás. Em contrapartida, quando a democracia ganha um olhar científico, ao tangenciar seus estudos com uma proposta que busca abordar quais práticas são base de sustentação para o funcionamento dos mais variados sistemas e regimes políticos, pensadores como Maquiavel, Hobbes, Espinosa e Montesquieu partem para a tentativa de esmiuçar a forma como se apresentam as dominações, por parte dos homens, das forças naturais, tudo isso livres do contexto ético (CHAUI, 2007).

Na visão socialista dos modelos democráticos possíveis, a participação da massa trabalhadora é fundamental para consolidação de um ambiente democrático verdadeiramente popular. Ao buscar uma articulação concreta entre a reflexão teórico-filosófica com a prática daqueles que participam como militantes, o patrimônio teórico do marxismo garante que uma conexão entre a democracia representativa e a direta sejam base da classe trabalhadora. Isso tudo, para que a participação dos operários, segundo a visão do austromarxista Max Adler, não se torne conciliar, ou seja restrita a pequenos conselhos com formatação estritamente corporativista. É substancial que os militantes ocupem espaços públicos e de poder, visando imprimir uma digital capaz de representar o pensamento daqueles que necessitam de justiça social. Em suma, ir além do desenvolvimento teórico e partir para defesa prática (COUTINHO, 1979).

Pilar do pensamento socialista, o processo de extinção das classes pode até levar com que uma determinada sociedade tenda à um comportamento de unidade,

porém isso não leva à uma completa homogeneização, com um todo coerente e idêntico. É essencial que se perceba uma diversidade de pensamento e, sobretudo, de comportamento e de tendência a algum direcionamento. Nesse sentido, é crucial encontrar um ambiente capaz de mediar essas diferenças e levar a um consenso, sempre com eficiência e por meio de um corpo político com substancial representatividade. É nesse sentido, que os fundamentos desenvolvidos por Coutinho (1979, p. 36) são importantes para complementar o entendimento desse ambiente de convergência quando ele diz que:

A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, portanto, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista. Estamos diante de formas de relacionamento social sem as quais não se cumpre o que Marx e Engels exigiam do socialismo: “que o livre desenvolvimento de cada um fosse a condição necessária para o livre desenvolvimento de todos”. Portanto, para aqueles que, em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, lutam pelo socialismo, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade.

O fenômeno da Primavera Árabe, centro da abordagem dessa dissertação, tem seu nome originado na série de movimentos revolucionários ocorridos na Europa no ano de 1848. Esses movimentos são conhecidos pela ocorrência intitulada de Primavera dos Povos, que nas mãos de Karl Marx ganha uma análise profunda quanto as lutas pelo poder político e econômico daquele momento histórico, travados pela surgente burguesia francesa e as demais classes sociais. Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx retrata, no calor do momento, a trajetória de Carlos Luís Napoleão Bonaparte, sobrinho de Napoleão I, que ascendeu ao poder em 1848 por voto direto (MARX, 2000).

O cenário é a França e o principal personagem é Napoleão III, que se torna retrato de uma realidade pós-revolução francesa que se espalhou por boa parte da Europa. O período em questão vai de 1848 até 1851, quando o primeiro presidente eleito por voto direto daquele país não consegue disputar a reeleição e decide dar um golpe de Estado autoproclamando-se imperador, assim como seu tio um dia havia sido. O absolutismo reinante naquele continente, somado as várias crises econômicas

apresentadas à época, formam o âmago da Primavera dos Povos. É nesse caminho que segue o pensamento de Marx, ao indicar que só é possível ser feita uma revolução com a força emanando das massas. Além disso, é apontado nesse manifesto que cada acontecimento histórico serve como base para sustentação para acontecimentos posteriores, como no caso da Revolução Francesa e do papel de Napoleão I, que, cada um em seu momento, abriram caminho para o fim da sociedade feudal e a divisão da propriedade rural, com sua fragmentação para explorar o desenvolvimento proporcionado pela livre concorrência (MARX, 2000).

Um país que emana hostilidade por seu monarca, o Rei Luís Filipe, além das diversas facções republicanas da época, formam o perfil de poder que, desgastado, cai em face de um governo provisório, que segundo Marx (2000, p.27), é conquistado “através de um levante do proletariado contra o capital, levante esse que foi sufocado a tiros de canhão”. Produto desses acontecimentos, uma nova constituição é elaborada, com o acompanhamento do estado de sítio instituído na capital Paris (MARX, 2000).

Todo esse novo momento não é suficiente para perpetuação da força republicana com características e liderança da burguesia, que outrora encontrou nos ares revolucionários conforto ideológico. Os avanços democráticos suprimem os desejos de que seja inserida uma república burguesa, isso ocorre pela instauração do sufrágio universal. Dessa forma, para dar sustentação ao que se segue no âmbito histórico, é proclamada uma Constituição Republicana, inviolável, que tem como pilares o Presidente da República e a Assembleia Legislativa. Entretanto, é possível de encontrar nesse novo texto constitucional falhas que fazem esse novo documento se parecer muito com a Carta Constitucional de 1830, que deu sustentação ao regime do Rei Luís Filipe, com período conhecido como Monarquia de julho. Para Marx (2000, p. 28)

O inevitável estado-maior das liberdades de 1848, a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação de reunião, de educação, de religião etc., receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Com efeito, cada uma dessas liberdades é proclamada como direito absoluto do cidadão francês, mas sempre acompanhada da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja limitada pelos “direitos iguais dos outros e pela segurança pública” ou por “leis” destinadas

a restabelecer precisamente essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública.

Enfim, o legado de Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, encontra-se em grande parte na base de algumas de suas teorias, como nos casos da luta de classes e da revolução proletária e, ainda, a doutrina do Estado e a ditadura do proletariado. Uma síntese do que foi esse momento na história pode ser observado, quando Marx (2000, p.165) diz que:

No umbral da Revolução de Fevereiro, a república social apareceu como um frase, como uma profecia. Nas jornadas de junho de 1848 foi afogada no sangue do proletariado de Paris, mas ronda os subsequentes atos da peça como um fantasma. A república democrática anuncia o seu advento. A 13 de junho de 1849 é dispersada juntamente com sua pequena burguesia, que se pôs em fuga, mas que na corrida se vangloria com redobrada arrogância. A república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; goza a vida em toda sua plenitude, mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra sob o acompanhamento do grito de agonia dos monarquistas coligados: “Viva a República!”.

Como já foi dito em outros momentos nesse estudo, não é possível que se encontre uma definição simples e prática do que é a democracia, sendo um desafio agrupar inúmeros trabalhos desenvolvidos desde a Grécia Antiga, chegando aos dias atuais que, de toda forma, compõem o estado da arte relativo a esse assunto. Sendo assim, encontra-se na definição e compreensão de um modelo democrático, desenvolvido pelo cientista político e economista austríaco Joseph Schumpeter, um amparo que serve de sustentação para que muito conhecimento seja produzido no campo da ciência e que seguido por muitos que estudam esse assunto seja norteador na entrega de uma resposta. Chaui (2007, p.145), ao falar de Schumpeter, diz que:

Resumidamente, o “modelo” apresenta os seguintes traços: a) a democracia é um mecanismo para escolher e autorizar governos, a partir da existência de grupos que competem pela governança, associados em partidos políticos e escolhidos pelo voto; b) a função dos votantes não é a de resolver problemas políticos, mas a de escolher homens que decidirão quais são os problemas políticos e como resolve-los – a política é uma questão de elites dirigentes; c) a função do sistema eleitoral, sendo a de criar o rodízio dos ocupantes do poder, tem como tarefa preservar a sociedade contra os riscos da tirania; d) o modelo político baseia-se no mercado econômico fundado no pressuposto da soberania do consumidor e da demanda que, na qualidade de maximizador racional de ganhos, faz com que o sistema político produza distribuição ótima de bens políticos; e) a natureza instável e consumidora dos sujeitos políticos obriga a existência de um aparato governamental capaz de estabilizar as demandas da vontade política pela estabilização da

“vontade geral”, através do aparelho do Estado, que reforça acordos, aplana conflitos e modera as aspirações.

Cabe, então, ao povo escolher aqueles indivíduos que representarão pleitos populares nos ambientes decisórios, como assembleias e parlamentos, além dos projetos que reúnem fundamentos capazes de rumar a máquina pública com a finalidade de atender à vontade da população. Interpretado como aprestamento institucional, o método democrático torna-se uma ferramenta que possibilita a operacionalização da vontade geral. Esta vontade geral é caracterizada pelo desejo de todos os membros de uma determinada comunidade, que serve de orientação para a condução das políticas que devem ser desenvolvidas, tudo com base na vontade comum, que aglutina os interesses, a felicidade e o bem-estar, do somatório de todas as pessoas de que compõem um determinado colégio eleitoral. Com isso, partindo do pressuposto que todos os membros da comunidade tenham como orientador tudo aquilo que é necessário para desenvolver o bem comum, fica entregue as mãos de todos o controle dos negócios públicos, discernindo o que leva ao bem daquilo que pode levar ao mau. A responsabilidade de conduzir as tarefas técnicas, fundamentais na condução do bem público, deve ser entregue nas mãos de especialistas, que obedecerão ao princípio basilar de cumprir a vontade desse corpo social (SCHUMPETER, 1961).

Mesmo que seja claro o fato de que a seleção de representantes para os conselhos esteja em segundo plano, afinal o objetivo principal é o de encarregar o poder ao povo, a democracia representativa torna-se o caminho mais adequado para condução da política e dos negócios públicos. É fundamental entender que não se justifica uma participação direta pelo fato de que a manutenção de uma comunidade, em sua integralidade, em estado de assembleia faria com que esse território, numa ótica realista, tivesse suas atividades paralisadas por completo, estagnando sua população. Além disso, a vontade individual de cada membro desta comunidade não é o mesmo que a vontade do povo, ou aquilo que ele deseja realmente. É possível compreender isso, ao observar o que foi explicitado por Schumpeter (1961, p. 305), quando ele diz que:

Mesmo se as opiniões e desejos do cidadão isolado fossem uma condição perfeitamente independente e definida que pudesse ser usada pelo

processo democrático, e se todos agissem nela baseados com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo, baseado na matéria-prima dessas vontades individuais, representariam coisa alguma que, convincentemente, pudesse ser chamada de vontade do povo.

A denominação de parlamento é atribuída aos conselhos que são constituídos por meio do voto popular. Dependendo do sistema político, o parlamento tem a atribuição de montar um governo, em outros casos, a escolha do executivo também cabe ao sufrágio universal. Entretanto, em qualquer um dos casos o papel do parlamento vai além disso. Dependendo do país ou da região que ele vai representar, o parlamento tem um nome próprio, como no caso do Brasil, que tem as casas legislativas divididas por instâncias de poder. No âmbito federal é denominado de Congresso Nacional – formado pela Câmara do Deputados e pelo Senado Federal –, nos estados federados são as Assembleias Legislativas e nas cidades são as Câmaras de Vereadores. Em todos os casos onde o pleno funcionamento do sistema democrático é garantido, independente do país, o parlamento tem função ampla, como a de legislar, fiscalizar o executivo e o exemplo mais claro o de apreciar e aprovar/reprovar a instituição de um orçamento público, uma função administrativa que mostra sua função operacional ao participar desse pilar da gestão pública. Uma das matérias-primas da atividade parlamentar é amparada nas disputas políticas travadas pelos partidos políticos, sendo essas disputas a lutar por espaço, mas também uma guerra de ideia, com objetivo de ganhar a atenção e a preferência do eleitor (SCHUMPETER, 1961).

A peça fundamental na condução do processo democrático é o povo, que além de ser o motivo para a existência dos sistemas políticos, guardar o poder decisório dos negócios públicos. Schumpeter (1961, p. 336) analisa o eleitorado ao afirmar que:

A escolha, glorificada idealmente como o chamado do povo, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente. E essa criação constitui parte essencial do processo democrático. Os eleitores não decidem casos. Tampouco escolhem com independência, entre a população elegível, os membros do parlamento. Em todos os casos, a iniciativa depende do candidato que se apresenta à eleição e do apoio que possa despertar. Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la.

Enfim, conforme dito por Schumpeter (1961, p. 300) “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum [...]”. Tem o voto como instrumento para se indicar a vontade popular e o parlamento como ambiente de tomada de decisões, em nome dos eleitores. Sua dinâmica é enriquecida por meio de um processo competitivo, ou seja, uma disputa de ideias que, além de propiciar uma saudável rotatividade, é fundamento do método democrático e, acima de tudo, essência da democracia (SCHUMPETER, 1961).

Como tudo aquilo que busca intermediar a relação humana, a democracia é algo imperfeito. Isso fica muito claro quando na prática, ou seja, quando o processo operacional democrático passa a interagir com a capitalista. Corrigir ou aperfeiçoar essas incorreções é um desafio que encontra barreiras descomuns, conforme destacado por Castelo (2010, p. 83)

A superação de um modelo democrático tão defeituoso desperta desafios práticos nada fáceis de resolver, especialmente se recordarmos que, assim como ressaltado mais de uma vez por Aníbal Quijano, a democracia no capitalismo é o pacto pelo qual as classes subalternas renunciam à revolução em troca de negociar as condições de sua própria exploração.

Contudo, algumas alternativas são apresentadas como aperfeiçoamento ou, até mesmo, como ferramenta para uma aplicação com maior excelência da participação popular. É o caso das conferências e conselhos de participação no controle social, um arranjo institucional que se torna uma esfera de participação pública. São esses instrumentos que possibilitam o povo interagir diretamente com o desenvolvimento, o fomento e a difusão de políticas públicas, pois nesses fóruns, a prática da democracia é direta. É um processo participativo amplo, que deve ter acompanhamento de sua efetividade na aplicação de suas decisões (MINNAERT; ENDARA, 2015).

Por toda América Latina, inúmeras experiências são evidenciadas no decorrer da década de 2000. Cada local, adota um nome próprio, mas a ideia é sempre a de propiciar participação direta. Na Venezuela são conhecidos como Conselhos Comunitários, já Guatemala são os Conselhos Territoriais, no Peru, Uruguai e República Dominicana são conhecidos como Orçamento Participativo, além da

Constituição de Integração com a cultura amerinda na Bolívia e no Equador (MINNAERT; ENDARA, 2015).

Entretanto, é no Brasil que a experiência mais exitosa tem sido apresentada. Por meio das Conferências Nacionais e dos Conselhos Estaduais e Municipais, boa parte das políticas públicas encontram ambientes férteis, que oferecem cooperação por ferramentas com consolidação democrática. O tecido constitucional desse universo participativo teve seu início na área da saúde, quando houve a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, garantiu e instituiu um marco legal para que fossem empreendidos instrumentos de participação direta em todas os âmbitos de governo do país. A presença de membros que representam as instâncias governamentais, de profissionais da área e fornecedores forma uma rede articulada que promove política pública e controle social, além de suporte na gestão pública (MINNAERT; ENDARA, 2015).

Sobretudo, é importante que aqueles que ocupam posições de poder, por meio de arranjos democráticos, sejam pessoas que cumpram suas funções com seriedade e compromisso com aqueles que o escolheram. Mas a obediência para com o eleitorado também deve ser resguardada por métodos legais e institucionais, afim de garantir a boa condução dos negócios públicos. Para Espinosa (1914, p. 5)

Uma Cidade, cuja salvaguarda dependa da lealdade de alguns homens e cujos negócios para serem bem conduzidos exijam dirigentes leais, não terá qualquer chance de estabilidade. Para que possa subsistir, é preciso arranjar as coisas de tal maneira que os dirigentes, sejam eles guiados pela razão ou pela paixão, não possam agir de modo desleal ou contrário ao interesse coletivo. Pouco importa para a segurança da Cidade qual o motivo interior que leva os homens a bem dirigir a coisa pública, desde que a dirijam bem: a liberdade de alma, com efeito, é uma virtude interior e privada. A virtude necessária à Cidade é a segurança.

### 3 GEOPOLÍTICA

Em princípio, é fundamental perceber a importância do espaço territorial e seus paradoxos nas relações internacionais, pois as fronteiras de cada país representam o limite de poder que as nações têm de atuação no planeta. Ou seja, a soberania nacional permite com que os Estados ajam como verdadeiros senhores, sempre com a sua independência como garantia de suas ações na terra, no ar e com limites próximos ao seu território o mar, pois as águas oceânicas ainda não pertencem a ninguém. Sendo que a violação das linhas fronteiriças, de uma determinada nação por outra, possa ser considerada uma agressão, até mesmo um *causus belli*, ofensa grave passível de declaração de guerra. Com os limites violados e um ambiente de guerra estabelecido, passam a ser as estratégias militares as donas desse novo espaço, onde a comunicação e os meios de transporte são ferramentas para avanços e recuos, sempre com o intuito de deslocar tropas e recursos que tendem a ocupação e utilização do terreno com uma ótica tática. Dessa forma, Aron (2002, p. 253) diz que:

Historicamente, e até nossos dias, a ordem internacional tem sido sempre territorial, consagrando um acordo entre soberanias, e compartimentalizando o espaço. O direito internacional, por sua vez, implica um paradoxo permanente, que em certas circunstâncias pode parecer escandaloso: reconhece as unidades políticas como sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, ignora os indivíduos.

Conhecida como um âmbito multidisciplinar, que busca congrega a ciência política, a geografia, a história, as ciências sociais e a geologia, a geopolítica é um campo do conhecimento que proporciona um diálogo entre as ciências humanas e sociais, além de ser uma ferramenta do poder político com o objetivo de doutrinar uma região específica, ou um Estado. Soma-se a isso o fato de muitas vezes ultrapassar limites territoriais, que passam a permitir acordos internacionais e mediações diplomáticas entre países. É nesse sentido que a definição do espaço geográfico ganha importância na formação da sociedade. Desde o final do século XIX, mais precisamente no ano de 1899, que o termo foi cunhado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén, que influenciado pela obra *Geografia Política*, publicada em 1897 e desenvolvida pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, jogou luz sobre as discussões internacionais quanto as disputas políticas e de poder. Sobretudo, Kjellén é

responsável por lançar as bases da geopolítica alemã, já no início do século XX (DUARTE, 2017).

Entretanto, a compreensão, o estudo e a utilização enquanto ferramenta, ganha força verdadeiramente nas mãos do geógrafo inglês Sir Halford John Mackinder, que popularizou o termo Geopolítica e a teoria em si. Foi com base no trabalho desenvolvido, entre os anos de 1904 e 1905, por Mackinder que os alemães se valeram de metodologias geográficas, associadas a política, para concretizar seu expansionismo imperialista, além de ter influenciado, por meio do conceito Terra Nuclear, na concepção teórica de estratégias da Primeira Guerra Mundial. Inspirou, pelo prisma teórico, muitas decisões nas grandes guerras mundiais e no pós segunda guerra, como a divisão da Alemanha em dois Estados distintos. Com a publicação, em 1904, do ensaio intitulado *O pivô geográfico da história*, com os fundamentos chamados de *ilha mundial* ou *terra pivotal* e o de *terra central*, Halford Mackinder evidenciou que a segurança de um país e suas linhas de expansão estão claramente expostas no mapa mundial, tudo isso definido por esquematização geográfica e amplamente reconhecível quando se busca conhecer aquilo que é preponderante para a sobrevivência de uma determinada nação, além de sua prosperidade e suas eventuais potencialidades (ARON, 2002).

Mesmo que não tenha defendido uma ideologia geográfica, um exemplo de quão profundo foi o pensamento de Mackinder, encontra-se relacionado ao fato de Adolf Hitler ter sustentado boa parte de seu arsenal ideológico e expansionista nas proposições do geógrafo inglês. Aron (2002, p. 266) aponta fundamentos que foram compartilhados por geógrafos alemães com Hitler, ao liderar o III Reich, quando afirma que:

Esta interpretação simplificada do mapa mundial sustenta as três famosas proposições de Mackinder: Quem domina a Europa oriental domina a "terra central"; quem domina a "terra central" domina a "ilha mundial"; quem domina a "ilha mundial" domina o mundo.

Inerentes as relações internacionais, Paz e Guerra são palavras antônimas que representam efetivamente tipificações práticas antagônicas, mas ambas usam como palco de atuação a esfera geográfica. É nesse local que a interação entre nações e

territórios tem valor, pelo início, desenvolvimento e fim de conflitos. Ou até mesmo, quando estes são evitados, onde o campo da diplomacia pode ser substituído da disputa, que provoca dor e destruição, travada com armas. A pesquisa, o aprofundamento, enfim “o estudo geográfico da política externa é parte integrante do que se denomina ordinariamente de geografia humana, ou geografia política” (ARON, 2002, p. 254).

A perspectiva geopolítica, apresentada por vários estudiosos e fundamentalmente por Mackinder, tem como premissa a apresentação de problemas, mas não apresenta, em muitos casos, as soluções. A busca é por relacionar os inúmeros tipos de povos com os dados geográficos, isso tudo para que se determine uma característica populacional com o meio em que ela vive. Com isso, fica claro que o quadro geográfico tem forte influência nos fatos sociais, mesmo que seja importante destacar que desenvolver teorias ou previsões, tendo como fundamentos a leitura das características geográficas e históricas de um determinado território, seria um erro enorme (ARON, 2002).

Pelo ângulo daqueles que estudam e trabalham a geopolítica, a geografia ou os meios geográficos passam a ser o espaço de atuação da diplomacia, da política e da segurança por meio da força militar, sendo que os povos tornam-se atores, aparecendo no palco internacional, quando deslocados por diversas razões. Fica a cargo da política externa a interação entre nações, utilizando como instrumentos homens, armas e estratégias diplomáticas para que cada um possa atingir seus objetivos nacionais, sempre com a finalidade de garantir sua segurança e soberania ou até mesmo para que possa expandir suas fronteiras ou sua economia. Por isso, Aron (2002, p. 264), ao buscar desenhar os aspectos basilares para que os operadores da geopolítica possam atuar, diz que:

A geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-econômica dos recursos, e uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio (sedentário e nômade; terrestre e marítimo).

Com esses conceitos em mãos, aprofundamos esse estudo por uma região significativa e geopoliticamente estratégica. A soma dos territórios que se encontram

no Norte da África e no Oriente médio é potente, justamente por interligar Ásia, Europa e África no contexto da geografia global. São três continentes importantes, que se encontram em uma zona de frágil equilíbrio, com potencialidades e riquezas capazes de despertar o apetite de quase todas as nações do mundo, como no caso do petróleo, abundante em vários desses países ali situados. Além disso, ao abraçar uma grande diversidade religiosa, despertando ódio por meio do extremismo doutrinário, este pedaço do planeta é complexo e demanda atenção de todos (VISENTINI, 2014).



**FIGURA 2 – MAPA DO NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE**

Fonte: Disponível em: <<http://www.colegiorecanto.com>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

Especificamente, é primordial entender quais países compõem esse pedaço de terra. Por sua grande extensão, a região que é objeto de estudo dessa dissertação fica situada em três grandes continentes, a África, a Ásia e um pequeno pedaço da Europa. Suas cinco subdivisões abraçam características geográficas extremamente plurais e aglomeram interesses e disputas políticas regionais. A primeira é a Península Arábica, região pertencente ao continente asiático e composta por Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein e Kuwait. A segunda microrregião é chamada de Crescente Fértil, fica situada entre a África e a Ásia e que congrega o Egito, Israel/Palestina, Jordânia, Líbano, Síria e Iraque. Já a terceira parte que compõe essa colcha de retalhos é conhecida como O Arco Montanhoso ao

Norte, concerne o continente asiático e a Europa e é formado pela transcontinental Turquia (um pequeno pedaço na Europa e grande parte na Ásia), pelo Azerbaijão e pelo Irã. Chamada de Magrebe, a quarta região é formada por Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos/Saara Ocidental, sendo ocupante da parte norte do continente africano. Por fim, a quinta microrregião aqui abordada é conhecida como o Chifre da África, sendo vinculada aos países Somália, Sudão, Sudão do Sul, Eritreia e Djibuti (VISENTINI, 2014).

Mesmo contando com essas especificações regionais e com o fato de serem situados em três continentes diferentes, o Norte da África e o Oriente Médio tornam-se regiões com interesses mútuos. Segundo maior grupo religioso em todo planeta terra, com mais de um bilhão e seiscentos milhões de muçumanos, os seguidores dos ensinamentos do profeta Maomé somam mais de quatrocentos milhões de pessoas ligadas ao Islã, concentrados apenas nessa região. Com diversidade cultural e religiosa enorme, não se pode negar que o Islamismo é extremamente difundido e abraça a crença religiosa da maioria desses povos. Entretanto, desde seus primórdios, o Oriente Médio tem participação mais profunda, no contexto histórico da humanidade, quando conhecido por ser berço das primeiras manifestações civilizatórias, como a egípcia, a Suméria e a Babilônia. Sobretudo, é primordial acrescentar a tudo isso a enorme diversidade ambiental, a variedade de características de sobrevivência e as variadas conformidades de entidades familiares (VISENTINI, 2014).

De maneira geral, muitas pessoas interpretam que o caráter religioso e a língua árabe são as grandes, ou muitas vezes as únicas, características de agregação. Esse resultado da imaginação coletiva, que é partilhado por boa parte da humanidade, não ocorreu por acaso, isso se deve muito ao fato de que o Corão, livro sagrado do Islã que contem a palavra literal de Alá revelada ao profeta Maomé, deve sempre utilizar vocábulos escritos em árabe, apesar de que oito em cada dez muçumanos não utilizem a língua árabe no seu dia a dia. Além disso, no período pós-descolonização e de independência que ocorreu nessa região – esse assunto é abordado em seguida – apresenta um cenário onde os países desejam discutir e tentam implementar sistemas próprios de condução das suas nações, tudo isso com

seus focos baseados nos princípios do islã, uma forma de unir e doutrinar a população com a justificativa de se fundar Estados Islâmicos (BRANCOLI, 2013).

Uma mistura de fatores compõe essa região, desde sua identidade transnacional, até o forte componente religioso. Mas não é apenas a fé dos muçumanos ou suas particularidades na formação de afinidades continentais que definem essa localidade, o contexto geopolítico e o encadeamento histórico tem grande influência para uma comunidade complexa que é composta por mais de seiscentos milhões de pessoas. Para Visentini (2014, p. 3):

O que define o *Grande Oriente Médio* não é a religião, pois a região geopolítica é definida de fora para dentro (como área de conexão geográfica), com Estados que fizeram parte das últimas três grandes civilizações muçumanas (o Império Turco Otomano, o Persa e a Índia Mogul), além dos Canatos Mongóis e, depois, do Império Russo.

Com essa breve exposição do contexto histórico e religioso, torna-se perceptível uma fase relevante que, mais adiante com o fim da Segunda Guerra Mundial, essa região passa por uma verdadeira descolonização, pois boa parte desses territórios eram anexados forçosamente a potências europeias e resolveram lutar pela independência de colonizadores como a França - que ocupou o Marrocos, a Tunísia, a Argélia e o Djibuti -, a Inglaterra – que anexou Egito, Sudão e Somália -, a Itália – que colonizou a Líbia e, ainda não reconhecida pela ONU, Somalilândia – e a Espanha – que dominou o Saara Ocidental. Esse processo ocorre de duas formas, ou pela via pacífica, obtida por acordos diplomáticos e compensações, ou por meio da violência, encontrada nas guerras contra os colonizadores (VISENTINI, 2014).

Em face desse histórico de nova contextualização política e com territórios extremamente abundante em riquezas ligadas ao petróleo e gás, essa região é alvo das forças mundiais, principalmente as ocidentais. O contexto de saída forçada dos colonizadores, gera um cenário político que é caótico, pois com a ausência de uma nação protagonista na região, a vacância de liderança passa a ser uma fragilidade acentuada. Acrescenta-se a tudo isso o fato de esses países não terem acompanhado o desenvolvimento industrial capaz de fomentar seus sistemas econômicos, por estarem expostos a vontade de seus exploradores. Por suas diferenças culturais e regionais, já expostas anteriormente, cada país ou território

tem uma resposta diferente por parte de seus povos. É justamente esse tipo de reação diversificada que se torna combustível para as disputas locais. Cada grande potência mundial, que percebendo esse cenário conturbado e frágil no campo político e as potencialidades ofertadas pelos reservatórios de combustíveis fósseis, passa a atuar na região e gerar certa interferência nas rivalidades locais, uma mistura do interesse local com a sede de recursos no campo global. Tudo isso ocorre entre as últimas décadas do século XX e o início do século XXI, onde essa parte do mundo “volta a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional”, conforme destacado por Visentini (2014, p. 4).

Uma das ações orquestradas por esses países que são objeto desse estudo, ao perceberem suas posições frágeis nessa conjuntura instável, é a tentativa de fortalecimento ao se associarem em instituições políticas, interconectando e, muitas vezes, equilibrando a região, pois propicia atuação diplomática e serve de socorro para os mais frágeis, além de tentar unificar as ideias em momentos de crise. Três importantes organizações dispõem de relevância no contexto global e buscam congregiar os interesses que unem essa, renovada, região. A primeira e maior é a conhecida Liga Árabe, oficialmente chamada de Liga dos Estados Árabes, fundada por sete nações em 1945 na cidade do Cairo, tem como finalidade estruturar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais dos seus, atuais, 22 membros. A segunda entidade é o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que é formado por 6 países. Fundado em maio de 1981, o CCG tem o papel de promover a interação econômica na região do Golfo Pérsico. A terceira agremiação é o Fundo Monetário Árabe, que iniciou suas atividades no ano de 1977 e é constituído por 22 integrantes que objetivam políticas de cooperação monetária, no intuito de promover e desenvolver os mercados financeiros árabes, o mercado de comércio e a possibilidade, no futuro, de criar uma moeda única árabe (BRANCOLI, 2013).

**FIGURA 3 – O QUE É A “OTAN ÁRABE”?**



Fonte: Disponível em: <<http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/autor/andrenunes>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

As telecomunicações e as instituições ligadas a imprensa têm grande influência na difusão da cultura Árabe, dos acontecimentos no chamado mundo árabe<sup>1</sup> e da popularização, em escala mundial, das questões que cercam esses povos. É comum que as pessoas, em geral, interpretem essa região com olhar de alguém que busca algo muito diferente da sua realidade, com uma visão exótica, muitas vezes como um ambiente que se encontra longe da civilização. É a consciência coletiva, enviesada pela lógica ocidental, que provoca todas essas interpretações. Dessa forma, a atuação dos meios de comunicação como a Al Jazira, uma emissora de televisão oriunda da Península Arábica e situada em Doha no Catar, que ajuda a derrubar características pré-concebidas e interpretações carregadas de preconceitos, ou ao menos serve de vitrine para uma realidade afastada da grande mídia. Essa emissora, que desde 2009, tem forte penetração em todo mundo árabe, busca expandir suas operações para o mundo inteiro por meio de canais satélites e pela via da internet (on-line), sendo ferramenta de conexão entre os povos árabes e levando conhecimento para que possa quebrar barreiras estabelecidas por governos

<sup>1</sup> A expressão Mundo Árabe é utilizada como referência aos países que usam a língua árabe, ou arabofonia, além de vivenciarem a cultura dos povos Árabes, sendo que essa referência não se encontra ligada a questão religiosa, ou seja não é o islã que define esse termo (BRANCOLI, 2013).

totalitários, que muitas vezes privam seus cidadãos de informações jornalísticas (BRANCOLI, 2013).

Em especial, no que tange o contexto geopolítico no Oriente Médio, seus desdobramentos são sempre intrincados com profundidade, causando sequelas marcantes na região e gerando consequência bélicas e econômicas para o mundo. Já no fim da Segunda Grande Guerra, pontualmente no ano de 1948, a Organização das Nações Unidas determina a criação do Estado de Israel, que teria origem na divisão da área, sob administração dos Britânicos, da Palestina, criando assim dois Estados, um árabe e outro judeu. Uma região tradicionalmente conflituosa, pois é berço das 3 principais religiões monoteístas do planeta, cristianismo, islamismo e judaísmo. Os judeus, de maneira instantânea, decretam a independência de toda extensão territorial, causando descontentamento por parte dos países árabes que são vizinhos e, sem rodeios, com o povo palestino. Líbano, Iraque, Egito e Síria atacam o território que acaba de ser criado. Interessado nas riquezas dessa região e nas disputas com a União Soviética, os Estados Unidos posicionam-se com rapidez como aliado de Israel e dos Judeus. Inicia-se assim a primeira guerra árabe-israelense, uma disputa que sentenciou o fim do Estado árabe-palestino e deu, como resultado, a formatação de Israel, além da criação da Jordânia. Porém, esse não é o fim das contendas entre árabes e israelenses, ao todo já foram disputadas 6 guerras entre esses povos, sendo até os dias de hoje uma questão insolúvel e objeto de atenção das grandes nações mundiais e, sobretudo, da ONU. Dessa forma, o povo Palestino consegue ocupar atualmente zonas não contíguas, denominadas de Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, todos sem reconhecimento oficial por parte da comunidade internacional (TOLOTTI, 2017).

Desde as décadas finais do século XX, alcançando o início do século XXI, alguns conflitos e guerras marcaram o desenrolar das disputas por petróleo, território e, até mesmo, relativas à segurança. Entre os anos de 1980 e 1988, Irã e Iraque travaram um conflito militar por limites territoriais. Já em 1990 e 1991, o Iraque resolve invadir o Kuwait. O povo Kuwaitiano vence essa batalha, conhecida como a Guerra do Golfo, com a ajuda de um grupo de países, liderados pelos Estados Unidos e com a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, órgão que patrocinou parte dos

esforços feitos pelas forças internacionais, que tinham o objetivo de proteger essa nação rica em petróleo e gás. Uma outra movimentação militar nessa região tem forte influência em inúmeros desdobramentos relativos a política internacional da atualidade. Trata-se da invasão americana ocorrida no ano 2003, capitaneada pelos norte-americanos e com o apoio da coalizão formada por Reino Unido, Polônia e Austrália. A intenção dos invasores, que foi alcançada em vinte e um dias, era de retirar do poder o então ditador Saddam Hussein, com a desculpa de que ele pretendia fortalecer e desenvolver um arsenal nuclear, químico e biológico, para operar ataques de destruição em massa. Hussein foi destituído do poder, condenado a morte e executado no final de dezembro do ano de 2006. Entretanto, as alegações utilizadas pelas forças invasoras nunca foram comprovadas efetivamente, sendo esse um ponto de divergência na comunidade internacional, quanto a necessidade dessas manobras militares (TOLOTTI, 2017).

Como já dito anteriormente, o Norte da África e o Oriente Médio formam uma região complexa, rica em recursos ligados aos combustíveis fósseis, com diversidade cultural ampla, inúmeras línguas, vastas formas de viver e sobreviver aos diferentes desafios apresentados pela natureza e, apesar da forte influência do islã, com várias matrizes religiosas. Os olhos do mundo se voltam para esse aglomerado de países justamente pela confluência desses fatores, mas é primordial entender a diferença daquilo que se percebe de uma comunidade “árabe imaginada” e o chamado “nacionalismo árabe”. As palavras de Brancoli (2013, p. 24) são precisas ao afirmar que:

Apesar da identificação, em certos setores – de características que podemos chamar de transnacionais e que geram graus de pertencimento e agremiação -, não significa, necessariamente, que tais indivíduos abririam mão de sua nacionalidade para ser cidadãos de um grande Estado islâmico. Ainda que tal ideia tenha sido advogada por lideranças políticas durante um tempo, em especial na década de 1950, com claros objetivos estratégicos, ela perdeu força nos anos subsequentes. Assim, a identificação com o Estado continua bastante forte na região, mas não se pode excluir por completo a influência pan-arabista.

### 3.1 O TERRORISMO

Antes de desenvolver a temática proposta nesse subcapítulo, destaco que esse é, sem dúvidas, um assunto que gera muita polêmica. Não é objeto desse estudo tomar algum posicionamento que venha a defender ideologicamente os inúmeros pontos de vista que são encontrados quanto ao terrorismo, entretanto não pode ser ignorado o fato de que essa é uma das faces que compõem a realidade da região aqui estudada. Além de polêmico, esse é um tema complexo, que merece ser estudado, sobretudo quanto aos seus aspectos técnicos, conforme explicitado inicialmente no destaque feito do dicionário de política por Bobbio (1998, p. 1242):

Apesar de correntemente o terrorismo ser entendido como a prática política de quem recorre sistematicamente à violência contra as pessoas ou as coisas provocando o terror, a distinção entre esta última e o terrorismo representa o ponto de partida para a análise de um fenômeno que, ao longo dos séculos, viu constantemente aumentar seu peso político. Como terror entende-se, de fato, um tipo de regime particular, ou melhor, o instrumento de emergência a que um Governo recorre para manter-se no poder.

Ou seja, um comportamento ou ação que visa ameaçar e imprimir terror é conhecido como terrorismo, uma prática que não é recente, já apresenta-se no decorrer da história em inúmeras passagens da trajetória da humanidade. Entretanto, não há como precisar seu início, ou muito menos suas origens, já que registros extremamente antigos são encontrados até hoje, como no caso do reino de Israel, quando foi dominado pelos romanos, entre os séculos I a.c. e o século II, que na tentativa de preservar a tradição judaica, teve em grupos como os Zelotes e os Sicários, um foco de resistência frente a força romana. Ambos entendiam que a libertação do povo só se tornaria possível se houvesse luta armada, para que não fossem mais pagos os impostos por parte do povo de Israel ao Império que dominava. O grau de radicalismo já era registrado nesse acontecimento, sendo os Sicários mais radicais e entendendo que as armas deveriam ser sempre utilizadas (SCHILLING, 2017).

Outros casos de terrorismo registrados na linha do tempo são de grande relevância histórica e conhecidos com amplitude, principalmente pela atuação de grupos extremistas. É o caso dos Narodniks, movimento constituído por membros das elites

urbanas russas, com orientação populista, que tinha como objetivo ocasionar uma revolução social, por meio de atentados que atingiam autoridades do governo Czarista. Outro grupo que promoveu o terror foi a seita racista Ku Klux Klan, eles buscavam aterrorizar negros, na parte sul dos Estados Unidos, pela prática de muitas ações que impediam os recém libertados da escravidão de tornarem-se cidadãos perante a lei. Outros grupos mais recentes são os ligados as causas separatistas, como IRA, sigla em inglês que denomina Exército Republicano Irlandês, atuando na Irlanda e na Irlanda do Norte, além do ETA, que quer dizer Pátria Basca e Liberdade, que na Espanha procura independência dos países bascos em relação aos espanhóis (SCHILLING, 2015).

Esses grupos que praticam o terror com bandeiras políticas, formam o sistema mais famoso e consensual de atuação. Eles ocorreram de forma contundente na Europa e no Oriente Médio, com o objetivo de chamar a atenção e imprimir exigências, com atuações domésticas e internacionais, gerando, ou na tentativa de gerar, a insustentabilidade do inimigo, em muitos casos. Em grande parte, esses são grupos de organizações clandestinas, mas também praticam esse tipo de terror alguns Estados, como no caso dos palestinos que organizadamente já sequestraram aviões com reféns (VISENTINI, 2014).

Empregado de forma ampla, o terrorismo tem forte ligação com as causas políticas, sendo um fenômeno histórico que tende a cumprir sua agenda, geralmente, em tempos de crise. Mas a ação de terror não parte apenas da base piramidal da sociedade, muitas vezes é a máquina de governo que usa o terrorismo como arma de repressão. Conhecido como “terrorismo desde cima”, esse é o momento em que o aparato estatal utiliza suas forças para quebrar a resistência de uma determinada sociedade por um governo. Esse sistema, muito utilizado desde o nazismo alemão, no stalinismo da URSS e até mesmo no regime militar brasileiro, utiliza a repressão e o terror de forma sistemática por parte do Estado (VISENTINI, 2014).

Outro sentido aplicado ao terrorismo é o que produz o maior número de vítimas, pois encontra-se ligado as guerras civis. Com grande ocorrência no Centro da África, o “terrorismo desde baixo” é a ação conflituosa desordenada em que milícias e até

mesmo a própria população tomam armas para dizimar determinadas comunidades, causando um terror coletivo para que sejam expulsos povos ou etnias de uma região. Um exemplo é o genocídio ocorrido em Ruanda, onde componentes da etnia Hutu massacraram cidadãos Tutsi (VISENTINI, 2014).

A “gigantesca orquestração, manipulando o sentido de insegurança das populações”, segundo Visentini (20014, p. 99) é o tipo de terrorismo que causa pânico coletivo, de maneira imaterial e intangível. Uma agressão psicológica, com escala global que visa perseguir opositores, que ganham o rótulo de terroristas, muito aplicado em guerras civis, sempre com motivações políticas por parte de governos. Uma forma de justificar ataques, massacres e até mesmo de jogar a população em geral contra determinado grupo (VISENTINI, 2014).

O assunto terrorismo merece destaque nesse estudo, por ser produto dos conflitos que se estabeleceram durante anos na região do Norte da África e do Oriente Médio. Essa temática torna-se amplamente divulgada e de extrema importância devido ao maior atentado terrorista de todos os tempos, ocorrido em onze de setembro de 2001. As torres gêmeas do World Trade Center, situadas no coração financeiro de Nova Iorque, são atingidas e derrubadas por dois aviões pertencentes a linhas aéreas americanas. Entretanto não eram americanos que estavam no comando das aeronaves, esse foi um atentado organizado e executado pela Al Qaeda, grupo terrorista fundado e liderado por Osama bin Laden, que por meio da construção civil, tornou-se o homem mais rico da Arábia Saudita. O milionário saudita tinha proteção e suporte por parte do governo Talibã, que mantinha um forte regime no Afeganistão. No passado, bin Laden recebeu apoio dos americanos para resistir a invasão da URSS, sendo vitorioso. Porém, frente a esse novo cenário, o líder da Casa Branca George Walker Bush convoca as forças internacionais para invadirem o Afeganistão, desencadeando uma guerra contra o terrorismo. O resultado dessa invasão foi a deposição do governo Talibã, mas não o fim do grupo terrorista de Osama, que continuou praticando inúmeros atentados mundo a fora. Até hoje, tropas americanas ocupam aquele território, sendo atualmente considerada essa como uma guerra interminável. Em dois de maio de 2011, escondido no Paquistão, bin Laden é encontrado e morto, justamente por resistir a invasão de sua casa, comandada pelo

presidente americano Barack Obama. Hoje, o grupo fundamentalista islâmico, é liderado por Ayman al-Zawahiri, mesmo enfraquecido ainda realiza muitas operações espalhando o terror em várias regiões (VISENTINI, 2014).

A Al Qaeda é o grupo, responsável pelo atual tipo de terrorismo, que ficou conhecido já faz algum tempo, inaugurando uma fase estarrecedora de propagação do extremismo. Porém, atualmente quem tem tentado chamar a atenção de todos e tem tomado conta do cenário mundial é o Estado Islâmico do Iraque e da Síria, conhecido com a sigla EIIS e também na língua inglesa como ISIS. O grupo é liderado pelo terrorista iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi, ex-líder da Al Qaeda no Iraque, que inspirado na rede de bin Laden, fundou seu próprio grupo terrorista em 2010. Com a invasão americana no Iraque para derrotar Saddam Hussein, al-Baghdadi encontra um terreno propício junto a aqueles que passaram a resistir às forças internacionais. O grande objetivo desse grupo terrorista é criar um Estado Islâmico entre o Iraque e a Síria e proclamar al-Baghdadi o seu Califa, ou seja, um chefe de estado e monarca absoluto e teocrático. O EIIS é conhecido por promover muitas barbaridades, ao causar terror internacional, executar estrangeiros que foram sequestrados por eles e, quando ocupam alguma cidade, escravizam mulheres e ditam a Charia, lei canônica islâmica, com radicalismo e de forma incorreta segundo os estudiosos do Islã (PENA, 2017).

Outro grupo terrorista que tem causado espanto pela crueldade, impressa por meio do fundamentalismo islâmico, é o Boko Haram. Fundado e com forte atuação na Nigéria, esse grupo radical tenta combater a influência ocidental em seu povo e utiliza, assim como outros grupos extremistas, a interpretação enviesada da Charia para executar suas ações. Fundada em 2002 por Mohammed Yusuf, recebe apoio por parte da Al Qaeda, que aplica treinamentos militares e difunde práticas terroristas. No ano de 2014, o Boko Haram tornou-se conhecido mundialmente por ter sequestrado 276 meninas com idades entre 16 e 18 anos, que estavam em uma escola no interior da Nigéria. Algum tempo depois, poucas foram resgatadas, trazendo à tona o relato de que todas foram estupradas, forçadas a fazer casamentos ou até mesmo vendidas como escravas sexuais. Mesmo que não haja números oficiais, entende-se que esse grupo terrorista já tenha executado mais de

três mil pessoas e tem expandido suas fronteiras ao tomar parte do território nigeriano, principalmente em áreas bastante vulneráveis e que se encontram ao norte daquele país (PENA, 2017).

Um caso diferente e que gera dúvida e discórdia, quanto a sua definição, na comunidade internacional é o Hamas, sigla em árabe que quer dizer Movimento de Resistência Islâmica. Trata-se, oficialmente, de um partido político palestino, que tem orientação islâmica sunita, e que conta, ao mesmo tempo, com uma entidade filantrópica e com um braço armado. Utiliza-se de armas e do radicalismo islâmico para chegar ao seu objetivo, que é o fim do Estado de Israel. O Hamas, enquanto partido político, é quem controla na atualidade o governo da Faixa de Gaza (PENA, 2017).

Tendo comandado o Afeganistão entre 1996 e 2001, quando foi retirado do poder pela invasão americana, o Talibã é um grupo terrorista que também se traveste de partido político. Atualmente, tem ação apenas clandestina, ao atuar em pequenas vilas dentro do próprio Afeganistão e do Paquistão. Apesar de enfraquecido, é um grupo que resiste e tem grande influência em muitas comunidades (PENA, 2015).

Na atualidade, a escalada terrorista tem assustado o mundo e, principalmente, faz parte da preocupação dos grandes líderes mundiais. Sobretudo, os países europeus estão em estado de alerta, afinal França, Suécia, Turquia, Alemanha, Espanha, Inglaterra e Bélgica, já foram vítimas de ações de grupos extremistas, que utilizam a bandeira do islã como justificativa de suas ações. Tudo isso, é produto da atuação geopolítica global que age fortemente numa região que tem uma crise instalada há muitos anos. Em território europeu, o terreno parece ser fértil, pois as redes internacionais que patrocina o terror buscam recrutar jovens que vivem em comunidades vulneráveis socialmente, sempre por serem estrangeiros ou por, apesar de terem nascido ali, suas origens não serem aquelas. Tanto no Norte da África e Oriente Médio, quanto na Europa a estratégia é a mesma, aproveitar as vulnerabilidades. Por enquanto, o mundo assiste esses acontecimentos sem saber o que deve ser feito para parar com o terror, afinal nem as potências globais, nem organismos como a ONU conhecem alternativas capazes de lidar com essa

realidade, que surpreende pela crueldade e assusta por ser invisível e silencioso. As ações futuras daqueles que desejam aterrorizar encontram-se encobertas, pois contam com estratégias complexas de serem monitoradas e combatidas, como a fragmentação dos grupos, sua capacidade de recrutamento e com as possibilidades de comunicação possíveis na atualidade (PEROSA, 2016).

### 3.2 A QUESTÃO DO REFUGIADO

Diante de uma realidade conturbada que as regiões do Norte da África e do Oriente Médio tem apresentado ao mundo, a migração de humanos, devido aos conflitos instalados nessas zonas geográficas, é assunto que merece atenção global. No entanto, esse não é um movimento feito por pessoas que buscam objetivos prazerosos ou mais conforto em suas vidas. Essa é, na verdade, uma grande transmigração forçada, esse é o caso em que multidões buscam refúgio fora de sua terra natal (SCAMPARINI, 2016).

Sendo assim, para que seja compreensível o discernimento de cada um dos casos, Chaves (2008, p. 13) explana quanto a migração de maneira geral ao afirmar que:

Sabe-se que estrangeiros são os nascidos fora do Estado em que se encontram e que não adquiriram ainda a nacionalidade desse Estado. Nessa ampla definição cabe à categoria do migrante internacional que, por sua vez, é termo abrangente, abarcando várias outras subcategorias indo dos tradicionais trabalhadores e profissionais altamente qualificados até os recentemente denominados migrantes ambientais.

Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer a definição do termo refugiado e como ele recebe reconhecimento no âmbito técnico. Para OAB (2016, p. 5), “refugiado é toda pessoa que abandona o seu país ou que não possa a ele regressar por fundados temores de vir a sofrer perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”. Como consequência da Declaração Universal dos Direitos humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no ano de 1951 a ONU implementa o Estatuto do Refugiado. Mais tarde, precisamente em 1967, onde foi adicionado um novo protocolo, o mesmo estatuto passou a incluir condições mais amplas, considerando refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados,

violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. Quanto a sua tipificação, são considerados atualmente cinco situações características. O primeiro caso é aquele que foi definido mais recentemente é o do Refugiado Ambiental, que são aqueles grupos de pessoas obrigados a se deslocarem por questões ligadas as transformações do meio ambiente, ou causas climáticas, como no caso das desertificações, ou até mesmo nos casos em que o nível do mar sobe e o território desaparece, como no caso de algumas ilhas situadas na Oceania. Os Refugiados Étnicos, são aqueles indivíduos que fogem por perseguições ligadas a uniformidade cultural, as tradições e conhecimentos, a linguagem e o comportamento. Já os Refugiados de Guerra, são aqueles cidadãos que fogem de conflitos e ocupações militares em seus países ou regiões, deslocam-se para não perderem suas vidas para a violência extrema causada nessas condições. Os Refugiados Religiosos, são aqueles que se retiram de seus países devido às perseguições causadas por suas crenças religiosas. Por fim, os Refugiados Políticos são aqueles obrigados a saírem de seus países, pela via da fuga ou por serem expulsos, por motivação ou opinião política controversa ao do poder estabelecido (OAB, 2016).

Além de observar a enorme movimentação de indivíduos que vivenciamos atualmente no planeta, é importante analisarmos que a crise migratória existente na atualidade é intimamente ligada à violação dos direitos humanos. Sendo assim, Comparato (1999, p.44) aborda esse assunto afirmando que “são definidos como os direitos essenciais do ser humano, à medida que são imprescindíveis para o exercício da condição humana”. Sendo ainda a dignidade humana um conceito fundamental na concepção daquilo que se entende por Direitos Humanos (COMPARATO, 1999).

Nesse contexto, quem busca refúgio quer sobreviver e, acima de tudo, ter seus direitos, enquanto ser humano, garantidos. Ao abrir suas portas, uma nação vale-se de instrumentos jurídicos capazes de assegurar a proteção dos refugiados. São as normas jurídicas internacionais, asseveradas em tratados estabelecidos por meio da via diplomática, que os países signatários comprometem-se a resguardar essas pessoas que encontram-se em total vulnerabilidade, promovendo um recomeço de suas atividades cotidianas, ao trabalho, ao estudo e de se estabelecer como

comunidade. Contudo, a condição de refugiado não deve se perpetuar. Finda-se essa condição em dois casos, quando o próprio refugiado requer seu encerramento ou quando não existem mais os motivos que serviram de base para que fosse concedido o refúgio, isso no Estado de residência atual ou em seu Estado de origem. Alguns fatores também tornam o indivíduo suscetível de perda da sua condição de refúgio. Ocorre quando são comprovadas falsificações documentais e fundamentais para a solicitação feita, o desenvolvimento de atividades que venham a colocar em risco a segurança nacional do país que recebe e a partida do território, sem que seja previamente avisado ao governo local. Vale destacar, que cada região define suas regras, mas essas são as que servem de base para estabelecer essa relação (OAB, 2016).

A dinâmica estabelecida pela busca de asilo e refúgio atende a determinações que ficam explícitas no destaque feito por Moreira (2006, p. 27), que diz:

O grupo de asilados deve ser apresentado a partir de uma discussão sobre os instrumentos do asilo e do refúgio. Na literatura estrangeira como um todo, utilizam-se os termos asilo e refúgio indistintamente. De fato, tanto o asilo como o refúgio tem como escopo prover proteção estatal ao indivíduo que não goza mais desta em seu país de origem, já que sua vida, liberdade ou segurança se encontra em risco.

No dia 20 de junho de 2016, dia Mundial do Refugiado, a ONU divulgou para o mundo que um novo recorde foi alcançado, pois atingimos o maior número de refugiados e deslocados desde a segunda guerra mundial, período em que a humanidade havia experimentado seus piores momentos no que tange esse assunto. Nesse dia, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, o planeta atingiu a quantidade de 65 milhões de pessoas fugindo de guerras, seja por deslocamentos internos ou internacionais, sendo que a cada dia vinte e quatro novos cidadãos passam a fazer parte dessa contabilidade estarrecedora. Em geral, este público enfrenta muitas dificuldades para escapar das atrocidades que ocorrem em suas cidades. Quando conseguem chegar a algum lugar seguro, muitas vezes são enviados para campos de refugiados, onde estão privados de condições ligadas a boa alimentação, educação e, até mesmo, saúde (SCAMPARINI, 2016).

Quando conseguem avançar distâncias mais longas, a Europa torna-se, sem dúvidas, um dos principais destinos desses refugiados, que utilizam o Mar Mediterrâneo como caminho para busca de um local mais seguro. Seja pela proximidade geográfica das regiões conflituosas ou pela condição econômica favorável frente outras partes do globo, o continente europeu tem demonstrado extrema preocupação, pois recebe números enormes de refugiados, chegando a atingir mais de um milhão de pessoas que entraram por suas fronteiras nessa condição, isso apenas no ano de 2015. O bloco europeu, por ser muito forte, preocupa a ONU, pois o sentimento anti-imigração tem crescido fortemente diante dessa crise, deflagrando um grande movimento de fechamento das fronteiras, muito alimentado pelo nacionalismo presente naqueles que compartilham de pensamentos ligados à extrema-direita (SCAMPARINI, 2016).

Um preconceito explícito quanto a questão do refugiado tem ganhado força no mundo inteiro, dessa forma ampliando as dificuldades de pessoas que se encontram em uma posição frágil. Na série televisiva Pedro Pelo Mundo, o jornalista Pedro Andrade expõe essa face dolorosa na vida dos refugiados que migram para a Alemanha na busca por sobrevivência, por retomada das atividades relativas as suas vidas e pela recuperação de sua dignidade. A capital Berlim, que em meio a uma verdadeira onda xenófoba espalhada pela Europa, ainda é considerada uma das cidades mais tolerantes da do velho continente e, até por isso, é conhecida como a “Terra Prometida”, pois tem recebido muitos cidadãos sírios, que pedem socorro ao fugirem dos horrores da guerra instalada naquele país (PEDRO, 2017, 2ª temp., ep. 9).

Na série, Andrade entrevista, inicialmente, Anne Riechert, a criadora de uma ONG chamada Escola ReDi, que serve como uma instituição de ensino que promove integração digital por meio do aprendizado na área de programação e construção de projetos, tudo isso voltado para refugiados. Riechert afirma que o perfil daqueles que buscam refúgio é em sua maioria de jovens, com formação superior e com habilidades para serem inseridos no mercado de trabalho, uma conceituação completamente diferente do imaginário popular, que enxerga nessas pessoas uma ameaça terrorista ou, até mesmo, como alguém que quer “tirar proveito” do sistema alemão (PEDRO, 2017, 2ª temp., ep. 9).

Posteriormente, Pedro conversa com um sírio que fugiu de Aleppo, sua cidade natal. Lá, após terminar o ensino médio, ele já havia finalizado o primeiro semestre do curso superior em arquitetura. Trata-se de Khaled Faour, um jovem que levava uma vida normal junto aos seus amigos e familiares, até que sua realidade foi transformada pela guerra civil que fez com que ele gastasse todas as suas economias para fugir com a ajuda de contrabandistas por vias ilegais. Hoje legalizado e vivendo há um ano e meio na Alemanha, Khaled afirma que é obrigado a lidar diariamente com a presunção de pessoas que “julgam um livro apenas pela capa”, ao interpretarem que os refugiados que são de origem islâmica são ligados a grupos extremistas como o Estado Islâmico. Afirma ainda, que quando ataques terroristas ocorrem em solo europeu são os refugiados os primeiros a temerem as consequências, pois na grande maioria das vezes recebem olhares de desconfiança, uma ameaça a sua segurança, pois ele, além de ter fugido da guerra, escapou desses grupos radicais. A mensagem deixada por aqueles que são atendidos por essa ONG é de que eles querem retomar suas vidas, aprender o máximo de informação possível, desenvolver suas habilidades até onde conseguirem e por fim retornar para seu país de origem, quando a paz permitir (PEDRO, 2017, 2ª temp., ep. 9).

Presidido pelo Ministério da Justiça, o órgão interministerial que lida principalmente com políticas para refugiados no Brasil e que conglobera além da Justiça os Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e o Departamento da Polícia Federal, é denominado de Comitê Nacional para Refugiados – CONARE. Em seu relatório do ano de 2016, apontou que no Brasil o número total de solicitações de refúgio no país aumentou quase 3.000% entre os anos de 2010 e 2015. De acordo com o CONARE, em solo brasileiro possuíamos até abril de 2016 um total de 8.863 refugiados reconhecidos. Eles são oriundos de 79 nacionalidades distintas, mas assim como no resto do mundo, atualmente são abrigados por aqui em larga maioria os nacionais da Síria, que totalizam quase 2.300 cidadãos, entre crianças e adultos (ACNUR, 2017).

Para os órgãos internacionais, vivemos uma crise sem precedentes em termos migratórios. Um momento que foi estabelecido em face das consequências ligadas ao fenômeno Primavera Árabe, que justamente após o ano de 2011 faz a questão do refugiado tornar-se alarmante. Por mais que Somália, Sudão do Sul, Afeganistão e Iraque contribuam bastante para que o recorde de refugiados, estabelecido no pós Segunda Grande Guerra, fosse quebrado em meados de 2016, é a Síria quem tem produzido um número enorme de deslocamentos forçados. Não existem indícios de que a guerra dos sírios tenha fim rapidamente, um conflito que se estende por anos e deve continuar ceifando gerações com os horrores causados por todos que lá lutam (MELLO, 2016).

## 4 A PRIMAVERA ÁRABE

Na visão da comunidade internacional, sobretudo na ótica ocidental, a região conhecida como mundo árabe é envolta em preconceitos e ideias superficiais relativas a sentimentos com características positivas, como a visão romantizada de uma cultura milenar e, contextos negativos, relativos ao rigor religioso e a força despótica. Como já mencionado anteriormente, essa não é uma região linear e simples, é sim um local que comporta uma enorme faixa de terra, com pluralidade nos sistemas de biomas, abrigando inúmeras características culturais e acompanhando de diversidade religiosa, mesmo que seja o islamismo a crença de boa parte desses que habitam o Norte da África e o Oriente Médio (BRANCOLI, 2013).

No capítulo intitulado Geopolítica, foi caracterizado todo contexto geográfico da região e cada país que faz parte dessa faixa do planeta. Em resumo, segundo Brancoli (2013, p. 20) essa é “a região que se estende do Norte da África até o perímetro oeste do Irã (sentido oeste-leste), e da região fronteira da Turquia até o Chifre da África (norte-sul)”. Mesmo que seja um aglomerado que reúne 21 países e alguns territórios conflituosos em busca de reconhecimento internacional para que seja decretada sua independência, uma forma de aglutinar esses povos é o fato da língua árabe ser desenvolvida e falada por grande parte de seus habitantes (BRANCOLI, 2013).

Diante de toda essa mixórdia que conglomera a região, busca-se por meio da lógica ocidental pressionar para que os países dessa região possam se adequar ao contexto e a linguagem democrática. Isso ocorre, por ser uma região com histórico de ditaduras que ocuparam o poder por muitos anos. Com efetividade, esse é o cenário que se apresenta no momento que antecede os acontecimentos revolucionários promovidos pela Primavera Árabe. Devido a uma composição fortemente influenciada pelos clãs que são uma realidade primitiva dos povos que lá vivem, com forte influência e disputa religiosa, a realidade totalitária foi tomando corpo em muitos países, acima de tudo por ter como traço fundamental o conceito

de obediência e subordinação, com uma congruência tribal espalhada por todo território (GUIDÈRE, 2012).

Para que se possa ter uma ideia da força e da longevidade dos governos que lideraram alguns países que formam a região estudada, basta observar os exemplos de Ben Ali ditador tunisiano que ficou no poder por 23 anos, Muammar Kadhafi que por 42 anos governou a Líbia, de Ali Saleh que presidiu o Iêmen por mais de 3 décadas e do general Hosni Mubarak que por quase 30 anos esteve à frente do governo do Egito. Todos eles, apenas como exemplo introdutório, foram deslocados do poder a força nos acontecimentos revolucionários da Primavera Árabe (G1, 2016).

Diante de todas as pressões exercidas por esses regimes ditatoriais, a opressão do povo começa a exacerbar e, de certa forma, provocando o rompimento do tecido social. Na Tunísia, a Revolução de Jasmim é o movimento inaugural dos desdobramentos ocorridos por todo ano de 2011 no Norte da África e se alastrando por todo Oriente Médio. Sobretudo são os jovens que tomam coragem para enfrentar o sentimento de medo que ronda uma população inteira, que vive há anos amedrontada por seus governos. Por mais que muitos acontecimentos já tenham sido concretizados, ainda veremos por muitos anos os desdobramentos do ato de coragem de um jovem tunisiano (GUIDÈRE, 2012).

Não foram movimentos sociais organizados que iniciaram todo esse fenômeno, foi pelas mãos de Tarek al-Tayyib Mohammad ibn Bouazizi, um rapaz de 26 anos de idade que, por meio da venda de frutas e legumes em um carrinho de mão, sustentava sua família com 8 integrantes ganhando entre 75,00 e 150 dólares por mês. Mais conhecido por Mohammad Bouazizi, esse jovem era morador do município de Sidi Bouzid, capital da região que leva o mesmo nome, que fica localizada no centro da Tunísia e está a 280 quilômetros da capital nacional Túnis. Especificamente em 17 de dezembro de 2010, essa cidade, que conta com quase 35 mil habitantes, torna-se o cenário para um ato de desespero por parte desse tunisiano. Ele procede com uma autoimolação, que é a conduta de atear fogo ao próprio corpo. Isso ocorre pois quando chegou ao centro da cidade, logo pela manhã, para vender suas mercadorias, foi abordado por três funcionários do

governo local, que prontamente exigiram o pagamento de propina para que pudesse desenvolver sua atividade. Bouazizi recusou-se a ser extorquido e teve todos os seus pertences apreendidos. Segundo relatos, ao tentar resistir, sofreu agressões físicas e foi ofendido verbalmente por uma mulher, funcionária do governo, que ainda cuspiu nele ao confiscar suas balanças. Mais tarde, o feirante resolveu procurar a sede do governo para que fossem retornados seus pertences ou para que fosse recebido pelo chefe do governo, porém suas solicitações foram negadas. Revoltado, ele comprou um latão de combustível, voltou ao prédio governamental, derramou o líquido em seu próprio corpo e ateou fogo, em sinal de protesto (GARDNER, 2011).

**FIGURA 4 – MOHAMMAD BOUAZIZI**



Fonte: Disponível em:  
<<http://www.humanosphere.org/science/2014/01/visualizing-health-arab-world/>>.  
Acesso em: 11 maio 2017.

Às pressas, o comerciante é levado ao hospital na tentativa de salvar sua vida. Apesar de ter sido socorrido imediatamente, Bouazizi tem 90% de seu corpo queimado. Devido à gravidade de seus ferimentos, Mohammad faleceu 19 dias depois de seu ato de desespero, no dia 05 de janeiro de 2011. Esse foi o estopim para que a Revolução de Jasmim, que em solidariedade cidadão de Sidi Bouzid que acaba de se tornar um mártir, tomasse as ruas de Túnis em janeiro de 2017. A revolta pela forte repressão, somada ao forte contexto de corrupção por parte

daqueles que ocupavam a máquina pública e uma economia altamente fragilizada são o combustível para que a população tome as ruas na busca por mudanças. Por mais que o governo tentasse reprimir, cada vez mais as multidões tomam as ruas, pressionando desde governos locais e regionais até o presidente Ben Ali (GUIDÈRE, 2012).

**FIGURA 5 – ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO TUNISIANA**



Fonte: Disponível em: <<http://machahid24.com/grand-maghreb/184066.html>>. Acesso em: 11 maio 2017.

**FIGURA 6 – TUNÍSIA STREET**



Fonte: Disponível em: <<https://www.ictj.org/news/ictj-program-report-tunisia>>. Acesso em: 11 maio 2017.

Rapidamente, manifestações que pareciam locais ganham força internacional. Desde apoios observados em ruas de cidades europeias até os vizinhos oprimidos, que gravitam, em termos geográficos, a Tunísia. Desde o apagar das luzes de 2010 até o mês de janeiro de 2011, são esses os dias que se tornam a maternidade dessas revoltas e boa parte tem seu início nos primeiros dias do ano. Conforme relatado por Guidère (2012, p. 25)

O vento da revolução tunisiana percorre o mundo árabe, desencadeando um turbilhão de manifestações e de protestos que preparam a primavera: o 28 de dezembro de 2010 na Argélia, o 14 de janeiro de 2011 na Jordânia, o 17 de janeiro na Mauritânia e em Omã, o 18 de janeiro no Líbano, o 21 de janeiro na Arábia Saudita, o 24 de janeiro no Líbano, o 25 de janeiro no Egito, o 26 de janeiro na Síria, o 28 de janeiro nos territórios palestinos, o 30 de janeiro no Sudão, o 1º de fevereiro no Djibuti, o 4 de fevereiro no Bahrein [...].

Além desses locais, muitos outros entram em convulsão, são os ares e os efeitos desse fenômeno que toma conta do mundo Árabe. Mesmo sendo uma região onde os direitos a liberdade individual e de imprensa sejam cerceados, a rede de televisão Al-Jazeera consegue mostrar para o mundo e para esses povos arabofônicos como estão acontecendo as revoluções. Com o auxílio da internet, o volume de disseminação da informação faz com que as redes sociais tornem-se caixas de ressonância, potencializando ainda mais o movimento popular, refletindo frontalmente nas participações de rua. É justamente pela força e pela velocidade com que as informações são espalhadas que a potência desse marco inaugural é avassaladora, causando transformações imediatas. O mundo fica de olho, nesse momento que vai transformar para sempre a região, com os efeitos em cascata que ocorrem. Cada país vai ser afetado de alguma forma, não importa o nível, mesmo que sejam consequências leves ou as mais profundas, cada governo vai ter um momento novo pela frente (GUIDÈRE, 2012).

Esse é, sem dúvidas, um momento único no âmbito histórico da humanidade. Acontecimentos profundos que tem origem nas bases da sociedade, sendo esse um período de transição próprio e autêntico do povo, pois são movimentos sem chefes ou líderes. Mesmo que tenha rápida propagação, não é efêmera a busca por liberdade, por direitos fundamentais e por sua dignidade, que faz esse ser um movimento com amparo global. Sobretudo, um ar imprevisível é a tônica desse

momento na comunidade internacional. Exatamente por isso, que muitos questionamentos passam a ser lançados como, qual o nível de resistência de cada ditador? Novos governos serão formados? O objetivo de se alcançar liberdade e democracia será conquistado? Afinal, quais rumos tomarão os novos governos, caso cheguem ao poder? Enfim, busca-se entender qual o futuro dessa região tão importante para o mundo diante desse choque revolucionário (GUIDÈRE, 2012).

Busca-se nesse capítulo, expor as consequências desse fenômeno e, principalmente, confrontar duas realidades expostas pela Primavera Árabe, logo após seus momentos mais agudos encontrados no decorrer do ano de 2011. Tunísia e Síria são analisadas com profundidade e imediatamente, com exaltação de seus papéis relevantes, pois formam pontos extremos desses acontecimentos revolucionários. Já os outros países, que sofreram consequências maiores ou menores, são objeto de análise do subcapítulo que encerra essa parte do estudo, por meio de uma observação mais superficial.

Com uma população formada majoritariamente pela mistura de elementos árabes e berberes, somados a algumas características dos povos mediterrâneos, a República da Tunísia é um país que conta com mais de 10,7 milhões de habitantes, em um território total com cerca de 163.600 km<sup>2</sup>, pertencente a região conhecida como Magrebe. Situada ao norte do continente africano, possui posição estratégica no mar Mediterrâneo, ao ter proximidade com o continente europeu, por meio das imediações marítimas com a Itália principalmente. Por terra, faz fronteira com Argélia e Líbia. No que tange a questão climática, é um país fragmentado em dois ecossistemas, sendo ao sul um clima desértico fortemente influenciado pelo deserto do Saara e por planaltos de estepes. Já ao norte com clima mediterrâneo, tem características de um solo montanhoso. Com maior agrupamento populacional no norte do país, 67% das pessoas que lá vivem concentram-se em conglomerados urbanos e tem densidade demográfica de 66 habitantes por km<sup>2</sup>. Destaca-se, ainda, por ter como principais recursos naturais o petróleo, chumbo, minério de ferro, zinco, fosfatos e sal (VISENTINI, 2014).

**FIGURA 7 – IMAGENS DA TUNÍSIA**

Fonte: Disponível em: <  
<http://www.leme.pt/imagens/tunisia/>>. Acesso em: 11 maio  
 2017.

A religião islâmica é a crença oficial da Tunísia, pois conta com cerca de 98% de adeptos em todo território nacional. Além disso, o idioma oficial é o árabe, também praticado pela esmagadora maioria do povo, sendo a língua francesa uma herança da sua época como colônia, ainda muito utilizada, principalmente, no comércio e no turismo, especialmente na capital Tunis. Outro elemento linguístico, encontra-se no fato de algumas regiões ainda contarem com uma influência da linguagem berbere. Conta com expectativa média de vida girando em torno de mais de 75 anos. Diferente do que ocorre em boa parte do continente africano, a AIDS não é um problema para os tunisianos, sendo essa uma boa característica da saúde pública daquele país (VISENTINI, 2014).

No decorrer da história, a Tunísia já foi sede do Império de Cartago que na disputa com o Império Romano pelo controle do mar mediterrâneo, perdeu sua força e foi sendo destruído gradativamente durante as Guerras Púnicas, que aconteceram de 264 a.C. a 146 a.C. É registrado na história, a forte resistência por parte dos povos

tunisianos pela religião mulçumana, na expansão islâmica que tomou conta de toda região. Mais adiante, fez parte do Império Turco-Otomano no século XVI a sua porção litorânea, juntamente com a Argélia, entretanto seu interior permaneceu influenciado pela cultura e pelos povos berberes, praticantes de uma família de línguas afro-asiáticas, que é característica histórica da região (VISENTINI, 2014).

Por meio do Tratado de Barbo, em maio de 1881, foi criado o Protetorado Francês da Tunísia, que em atenção a um acordo firmado com a Inglaterra mediante a retirada das forças francesas do Egito, tornou-se colônia da França. Especificamente em 1882, os franceses passaram a governar e explorar o território tunisiano, ficando naquelas terras por 75 anos, saindo em 1956. Isso ocorreu com a instalação de uma guerra civil, com duração de 1952 a 1955, quando houve concessão por parte dos colonos para que fosse estabelecida a independência e a formação de um governo monarca liderado pelo Bey, naturalmente herdeiro do trono, Muhammad VIII al-Amin, que aos 81 anos de idade sucumbiu às insatisfações populares em menos de um ano liderando o novo modelo, fazendo com que a república fosse proclamada em 1957. No mesmo ano, foi eleito o líder do partido Neo Destour, Habib Bourguiba que subiu ao poder como primeiro presidente (VISENTINI, 2014).

O governo de Bourguiba é parte do período conhecido como descolonização, um governo que rapidamente demonstra o perfil adotado na região norte-africana como um todo. Alinhado aos interesses ocidentais, torna-se um ditador ao declarar-se presidente vitalício, no ano de 1969. Como uma das ferramentas do aparelho repressivo que passa a ser vigorado na Tunísia, muda o nome de seu partido para aliviar sua imagem, agora conhecido como Destour Socialista, que quando enfrenta dificuldades junto a classe trabalhadoras, resolve conceder benesses reclamadas pela população e derivando no projeto de abertura política em 1981. Com esse novo movimento do presidente, são realizadas eleições livres que, apesar da palavra, são frontalmente fraudadas, ao perceber que o resultado oriundo das urnas foi sua reeleição por 94% dos votos (VISENTINI, 2014).

Posteriormente, uma nova página da história republicana da Tunísia é escrita, conforme relato de Visentini (2014, p. 287):

Em 1987, o octogenário Bourguiba foi declarado incapaz de permanecer governando, sendo substituído por Zine El Abidine Ben Ali, até então Primeiro-Ministro. O novo governo inicialmente gerou esperanças de renovação política com o fim da corrupção e fraude, uma vez que um limite para o número de mandatos foi estabelecido e eleições multipartidárias foram organizadas.

Inicia-se assim a participação do 2º presidente na história política e republicana da Tunísia, cercado de expectativas e com ares de mudança. Militar do exército tunisiano, tendo servido entre os anos de 1964 até 1980, com graduação de General, Ben Ali frustra rapidamente as expectativas populares. Isso ocorre pelo fato de ter prometido eleições livres e justas, entretanto Ali passa a ser eleito com mais de 80% quando disputa reeleições. Outro fator frustrante, foram as constantes mudanças constitucionais, sempre na intenção de permitir sua reintrodução a cadeira presidencial. Embora tenha tentado transparecer um governo mais aberto, conforme prometido antes de ascender ao poder, sua atuação enquanto gestor foi marcada por forte repressão as oposições que surgiam contra ele, além da decomposição gradativa que ocorreu na relação e na interlocução com os grupos islâmicos (VISENTINI, 2014).

#### **FIGURA 8 – BEN ALI**



Fonte: Disponível em: <[http://www.lepoint.fr/monde/emeutes-en-tunisie-ben-ali-promet-la-creation-de-300-000-emplois-10-01-2011-128809\\_24.php](http://www.lepoint.fr/monde/emeutes-en-tunisie-ben-ali-promet-la-creation-de-300-000-emplois-10-01-2011-128809_24.php)>. Acesso em: 12 maio 2017.

Em outubro de 2009, Ben Ali inicia seu quinto mandato, mais uma vez pela via da fraude eleitoral, que havia sido permitida em um segundo referendo que alterou, novamente, o limite de mandatos que um presidente poderia ter naquele país, mas

esse não foi um governo que chegou ao fim, pois cercado de desgastes pelo alto grau de corrupção em sua presidência, Ali torna-se foco principal das manifestações ligadas a Revolução de Jasmim, conforme abordado anteriormente. Tônica do aparelho repressivo do ditador, a barreira do medo foi derrubada e o povo força a queda do então presidente, que ficou como chefe de estado tunisiano por 23 anos, fugindo de seu país em 14 de janeiro de 2011. Ele e sua família foram abrigados pela família real da Arábia Saudita, que concedeu asilo ao ex-ditador, sua esposa Leila Trabelsi Ben Ali e os 3 filhos do casal (VISENTINI, 2014).

Além de enfrentar dificuldades com um sistema econômico altamente fragilizado, as constantes manipulações políticas foram parte da derrocada de Ben Ali, que acumulou oposição tanto no campo político quanto popular. Entretanto, esse foi um ditador que abusou da violação dos direitos humanos e muitas vezes contou com apoio da comunidade mundial, sobretudo das potências ocidentais. Isso ocorreu pelo fato de sempre justificar suas ações de repressão com o combate ao terrorismo e, principalmente, por representar uma liderança que possibilitou estabilidade nessa região do globo, que é historicamente conflituosa. Esse foi um regime que encontrou na diplomacia sua sustentação internacional e que recebeu apoio majoritário de seu ex-colonizador, sendo a França sempre um parceiro essencial para sua governabilidade (VISENTINI, 2014).

Fundamentalmente, a Tunísia não enviou, para o mundo, nenhum indicativo das insatisfações internas que deram origem a revolução que se instalou em seu solo. Como sempre foi um país aberto ao turismo, a imagem de que as coisas estavam bem era vendida no exterior, principalmente por ser reforçado com indicadores de organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que deu bons sinais, conforme apontado por Brancoli (2013, p. 46).

Em setembro de 2010, menos de três meses antes do suicídio do vendedor de legumes, o Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou um relatório otimista sobre a Tunísia. Apesar de alguns problemas fiscais, o país estava se saindo bem da crise econômica global, com um aumento do PIB, no primeiro semestre, de 4,5%. Os demais indicadores financeiros do país, como dívida externa e reservas em dólares, eram excelentes.

Por mais que a imagem fosse boa fora de suas fronteiras, era na questão doméstica que Ben Ali entregava seu governo à própria sorte. Apesar de ter experimentado uma economia em expansão por alguns anos, parcela considerável das massas populares não se sentiam beneficiadas, sendo que apenas 14% da população afirmava sentir essa pujança financeira. Um governo que corrompido em todas as suas camadas, desde o seu principal escalão de ministros até a sua raiz, continha forte característica ineficiente, não entregando políticas de moradia e saúde, problemas abrangentes e característicos da sociedade tunisiana. Não obstante a tudo isso, sendo fator que tornou a crise interna ainda mais aguda, a falta de empregos e um mercado de trabalho em retração, singularmente entre os jovens diplomados, que conseguiam formação universitária, mas tinham as portas fechadas para o ofício ao qual haviam se preparado. Tão complexo e sério tornou-se esse problema dos jovens recém-formados, que existem registros apontando que mais de 50% daqueles que possuíam mestrado estavam fora da massa trabalhadora. Com isso, muitas pessoas optavam por esconder sua formação, para transparecer uma ambição mais simples de sua ocupação (BRANCOLI, 2013).

As denúncias de corrupção não estavam ligadas apenas à vida pública do ditador e seu governo, sua família também demonstrava pouco apreço as questões populares e usurpava o erário. Um exemplo claro disso é a ex-primeira-dama Leila, que chefiava algumas ONGs que continham dotação orçamentária provida pelo governo e não davam publicidade aos atos dessas instituições, despertando forte desconfiança de todos. Outrossim, foi essa uma primeira-dama que optou por explorar sua imagem pública, na maioria das vezes com seu marido, com extrema frequência, pois gostava dos holofotes. Foi, ainda, extremamente extravagante enquanto esteve próxima ao poder, conforme descrito por Brancoli (2013, p. 50)

As insatisfações da população eram também direcionadas aos ministros, secretários e até contra a primeira-dama, Leila Trabelsi. Vista como alpinista social e adepta de compras com gastos exorbitantes, a ex-cabelereira ficou famosa em 2009 por ter mandado um jato particular para trazer um pote de sorvete do balneário de Saint Tropez.

No dia seguinte à autoimolação de Bouazizi, um tanto quanto em tempo real a esse ato, a população tomou as ruas. Por mais que seja feita uma leitura de que houve solidariedade ao jovem cidadão de Sidi Bouzid, fica claro que esse gesto foi

catalisador da vontade que morava no coração de boa parte dos tunisianos. Um início claramente pacífico, que ocupou, em princípio, a pequena cidade localizada na porção central do país, especificamente na entrada do prédio da sede do governo local. O Ben Ali tentou abafar a disseminação da informação, através da proibição do uso da internet. Essa ação não surtiu efeito, pois via TV Al-Jazeera as manifestações foram sendo divulgadas para toda comunidade árabe, com imagens gravadas por telefones celular, produzidas pelos próprios manifestantes. Aquilo que parecia ficar concentrado na região central da Tunísia, foi ganhando força e chegou as ruas de Túnis (BRANCOLI, 2013).

No fim de dezembro, já se percebe um volume maior de revolta. A capital tunisiana passa a conhecer a Revolução de Jasmim, ou dos Jasmins. Esse nome é empregado a série de protestos e manifestações revolucionárias, por ser essa uma flor característica da Tunísia. Ben Ali, após perceber que a repressão não vinha sofrendo o crescimento do movimento, resolve dialogar. Mas a internet promove um verdadeiro atropelamento no governo ditatorial, pois a força com que o povo toma as ruas faz com que o desejo já não seja mais por mudanças sutis, a palavra de ordem torna-se a derrubada do ditador. Em menos de um mês, esse processo revolucionário tem resultados precisos, causando a fuga de um, agora, ex-líder amedrontado, no dia 14 de janeiro de 2011 (LEÃO, 2017).

Pouco após essa fuga, o até então primeiro-ministro Mohammed Ghannouchi informa em cadeia nacional, que por questões de saúde, Ben Ali iria afastar-se temporariamente de suas atividades no país. Independente da forma com que as coisas ocorreram, a queda desse ditador marcou o primeiro grande desdobramento da Primavera Árabe. Além da revolução interna que transformou a realidade política tunisiana, as imagens que rodaram o mundo serviram de incentivo para que países com características similares pudessem inspirar seus povos, derrubar a barreira do medo e mostrar a insatisfação de populações vítimas do despotismo (BRANCOLI, 2013).

Ghannouchi, com a vacância na cadeira presidencial, assume um governo provisório. Seu papel é levar o país às urnas em outubro de 2011, cumprindo na

totalidade essa tarefa, por meio de um governo de coalizão nacional que uniu politicamente as figuras públicas. Esse modelo transitório leva ao poder, por voto popular, o médico Moncef Marzouki, que por ser ativista dos direitos humanos e por ter defendido a abertura política desde 1990 foi exilado durante boa parte do regime ditatorial de Ben ali. Logo nos primeiros dois anos de governo, Marzouki promove abertura política, entretanto sofre muitas dificuldades relativas às questões socioeconômicas, ligadas a renda do povo e a continuidade da crise de empregos (VISENTINI, 2014).

A abertura política, apontada como prioridade do governo de Marzouki, é consolidada no final do ano de 2014, pois a Tunísia vive a segunda eleição democrática de sua história. Dessa vez já com as bases do novo modelo estabelecido, contando com ampla participação partidária, com ótimo comparecimento às urnas e com eleições justas. O processo eleitoral é considerado limpo tanto por organismos internacionais, quanto pelos operadores políticos domésticos. Isso também reflete no resultado, afinal o presidente, ao tentar sua reeleição, perde nas urnas para Béji Caid Essebsi, que ao receber anuência por parte do eleitorado com 55,68%, torna-se o segundo presidente eleito desde o processo revolucionário. É verdade que muitos desafios ainda são encontrados por toda Tunísia, pois realinhar as políticas públicas não tem sido algo simples. Entretanto, a Primavera Árabe promoveu a esperança de que a democracia seja cada dia mais sendo consolidada, sendo essa expectativa fortalecida e renovada em cada oportunidade em que o sufrágio universal é o protagonista. Para Fernandes (2017):

Cinco anos após os protestos que detonaram a Primavera Árabe e culminaram com o fim do regime autoritário de Zine el-Abidine Ben Ali, os tunisianos vivem entre a esperança de uma nova vida democrática e o pessimismo com os problemas que o país enfrenta hoje, principalmente a insegurança e as dificuldades econômicas. Vivem ainda sob a sombra do terrorismo, que somente neste ano produziu três grandes atentados, e arrastou milhares de cidadãos do país para as fileiras do Estado Islâmico.

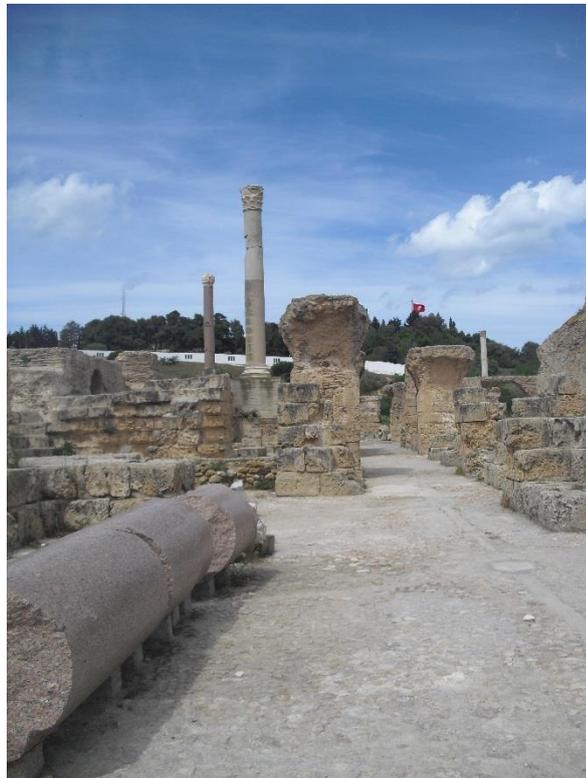
Hoje em dia vivendo em Jeddah, cidade litorânea da Arábia Saudita, Ben Ali tem sido julgado à revelia em solo tunisiano. Já no final de 2012, um tribunal militar condenou o ex-ditador à prisão perpétua pela morte de mais de três centenas de

manifestantes, que ocorreram durante a forte tentativa de coibição as manifestações da Primavera Árabe. Além disso, também tem sido alvo de processos que acusam ele de corrupção durante todo seu período enquanto presidente. Um exemplo, foi sua condenação em março de 2016 e sentenciado em 10 anos de prisão, por uso da máquina em benefício próprio. O governo tunisiano solicita com frequência a sua extradição, para que possa responder e pagar por seus crimes (DN, 2016).

No ano de 2014, tive a oportunidade de viajar para à Tunísia. Acompanhado de um amigo, fizemos uma viagem que percorreu algumas regiões daquele país. Entramos pela fronteira terrestre com a Argélia que fica localizada na província de Tataouine, no lado tunisiano. Essa é uma área que integra o deserto do Saara, que na Tunísia é uma forma de exploração do turismo, sendo relevante a forma avançada como é explorada essa ferramenta econômica. Pude observar um povo acolhedor, que já vive feliz com as conquistas oriundas da revolução recente que transformou os rumos dessa nação. Em Cartago, as ruínas que contam a história antiga de um local que fez parte do Império Romano, conforme apontado anteriormente nesse estudo, foi objetivo de nossas caminhadas. Em Túnis, ficamos hospedados na antiga Medina, mercado ancestral e foco de boa parte dos movimentos revoltosos. Muito perto da Medina, onde existe uma avenida repleta de lojas e restaurantes, pude almoçar perto da embaixada americana, que por resquícios da geopolítica, encontra-se com alto nível de militarização, causando, de certa forma, uma impressão agressiva nesse pedacinho dessa capital africana.

**FIGURA 9 – O PORTÃO DO MAR**

Fonte: Arquivo pessoal

**FIGURA 10 – RUÍNAS ROMANAS EM CARTAGO**

Fonte: Arquivo pessoal

Também com forte influência advinda dos acontecimentos relacionados ao fenômeno que ocorreu no Norte da África e no oriente Médio, a República Árabe da Síria foi conduzida para um caminho completamente diferente do que percorreu a

Tunísia, que, apesar dos efeitos profundos, teve passagem efêmera. Na Síria, tudo indicava que não iria ocorrer a Primavera Árabe, mas teve início tardio e ainda está lá, mesmo tendo começado há tantos anos atrás, nos primeiros meses de 2011 (TURCI, 2017).

Situada na costa leste do Mar Mediterrâneo, essa é uma nação que tem pouco mais que 185 mil km<sup>2</sup> sendo parte integrando da região conhecida como Crescente Fértil. Faz longas fronteiras, de fácil permeabilidade, ao sul com a Jordânia, a leste com Turquia e Iraque e a oeste com Líbano e Israel, além da sua faixa litorânea. É parte inicial do continente asiático, porém é importante registrar que essa é, com forte predominância, uma zona de convergência dos continentes europeu e africano também. Possui regiões montanhosas e desérticas, entretanto quando comparado com outros países vizinhos, em termos agrícolas, consegue ocupar melhor seu solo por ter três quartos de seu território com vegetação semiárida, capaz de propiciar cultivo de culturas ligadas as estepes. O rio Eufrates, que corre em direção ao Iraque, é a principal fonte de água, além de pivô de um fato curioso ao ser represado e, após esse fato, ter surgido o maior reservatório do país, oficialmente chamado por Lago Assad (VISENTINI, 2014).

A capital Damasco é uma das cidades que detém maior período de habitação humana, sendo, nesse contexto, a capital mais antiga do mundo. É centro cultural da nação e uma das cidades mais populosas, perdendo apenas para Aleppo, cidade que se situa ao norte e que é capital da província que recebe o mesmo nome. A língua oficial é o Árabe, sendo influenciada por adaptações modernas encontradas nos centros urbanos, mas nas regiões onde a predominância é do povo curdo, é a língua curda a mais falada (VISENTINI, 2014).

**FIGURA 11 – MAPA DA SÍRIA**

Fonte: Disponível em:  
 <<http://suburbanodigital.blogspot.com.br/2015/04/mapa-da-siria.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

Mesmo tendo uma história rica em detalhes, destaca-se o fato de ter feito parte do império Otomano. A grande virada na atualidade ocorre especificamente no ano de 1916, no mês de maio, onde foi costurado de forma imperscrutável o acordo conhecido como Sykes-Picot, originados dos nomes de dois diplomatas, o francês François Picot e o britânico Mark Sykes. A França e a coroa britânica resolveram dividir os territórios pertencentes ao império que se encontrava em fase descendente nos dois últimos anos da Primeira Guerra Mundial, acabando assim com a Bilâd Al-Châm, a forma antiga como era conhecido o território sírio. Efetivamente, o governo francês ficou com a nova Síria, pois esse acordo, que só atendia aos interesses ocidentais, acabou por destrinchar a parte hoje pertencente a Jordânia, ao Líbano e a palestina daquele momento. Esse é, ainda hoje, um fator que provoca conflitos (GUIDÈRE, 2012).

Esse é um país onde o islamismo é difundido com profundidade, sendo que cerca de 80% da população é muçumana, mas contendo forte divisão entre a maioria de origem sunita e uma pequena parcela de xiitas. Cristãos e Drusos, também fazem parte da crença abraçada por uma parcela do povo, entretanto os Curdos, uma pequena parcela da população que ocupa terras próximas a Turquia, são

extremamente perseguidos em território nacional. Por volta de 1930, os franceses sentem-se ameaçados pelo nacionalismo árabe que começa a crescer pelas mãos da maioria sunita. É aí que resolvem favorecer e fortalecer os xiitas, que mesmo sendo pequenos ganham até um território ao norte (GUIDÈRE, 2012).

Em 1946, depois de travar inúmeras lutas contra os franceses, a independência é estabelecida, contudo isso não deriva numa estabilidade política, pelo contrário houve um transbordamento das tensões internas e várias guerras foram disputadas nas imediações. Numa primeira aliança com o Egito, a história começa a ganhar contornos mais recentes, mesmo que muitos golpes de estado tenham sido aplicados, conforme Guidère (2012, p. 170) afirma:

A 1º de fevereiro de 1958, o Egito e a Síria unem-se no âmbito da República Árabe unida (RAU), até esta se desintegrar três anos mais tarde com o golpe de Estado do general sírio Haydar Al-Kouzbari, em 1961. A este primeiro golpe militar seguir-se-ão muitos outros (1961, 1963, 1966), todos eles fomentados pelo partido nacionalista árabe Baath, agora o principal ator da política síria.

A configuração atual do Estado sírio ocorreu no último golpe aplicado em 13 de novembro de 1970. O então ministro da defesa do governo do presidente Nureddin al-Atassi e líder do partido Baath Hafez Al-Assad, um militar de origem familiar humilde e pertencente à minoria dos alauitas<sup>2</sup>, tendo completado sua formação junto ao exército soviético, sobe ao poder fortalecendo a já existente ditadura militar. Imediatamente realizou pequenas reformas administrativas, mas procurou fortalecer as forças armadas sírias desde o início de sua trajetória. Isso para que pudesse empreitar com força belicosa, no raio de proximidade de seu país. Uma tentativa, em parceria com o Egito, foi a de invadir Israel em 1973, num conflito conhecido como guerra do Yom Kippur. Essa empreitada não foi exitosa e esse foi um momento decisivo, para que Hafez alinhasse sua política com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Dentro de sua estratégia geopolítica, foi responsável por ocupar o Líbano em 1976, com a justificativa de levar a paz (GUIDÈRE, 2012).

---

<sup>2</sup> Os Alauitas formam um grupo étnico e religioso, predominantemente encontrados na síria, sendo mulçumanos de origem xiita (GUIDÈRE, 2012).

Sem dividir o governo com ninguém, o ditador, conhecido mundialmente como Assad pai, liderou a Síria por quase 30 longos anos. O protagonismo volta a ser do partido Baath, que organiza as bases de transição do poder para seu filho Bashar Al-Assad, fazendo com que um sistema inédito fosse executado, a República Hereditária. Eleito via referendo, que despertou desconfiança por parte dos organismos internacionais, Assad filho chegou ao poder em 17 de julho de 2000. Seu pai havia falecido de em 10 de junho do mesmo ano, aos 69 anos de idade, vítima de um ataque cardíaco. Por mais que o povo seja convocado a votação constantemente, os processos eleitorais são cercados de desconfiança, pois não há liberdade partidária, sendo o Baath o único que existe com legalidade, além da minoria alauita, que ocupa boa parte das posições de poder na hierarquia governamental, sendo esse o motivo de conseguir perpetuar-se no poder, mesmo representando apenas 13% da sociedade (GUIDÈRE, 2012).

### **FIGURA 12 – PAI E FILHO, OS EXASPERANTES E BRUTAIS DITADORES SÍRIOS**



Fonte: Disponível em: < <http://jovempan.uol.com.br/opiniaio-jovempan/comentaristas/caio-blinder/dinastia-assad-ja-atormenta-nove-presidentes-americanos.html>>. Acesso em: 12 maio 2017.

O contexto em que essa sucessão ocorre é diferenciada e única, segundo Brancoli (2013, p. 114), mesmo para essa região do planeta, onde a perpetuação no poder é

sempre ponto de pauta dos governantes, algo muito novo ocorreu na Síria, conforme destaque

Bashar fazia parte de uma nova geração de lideranças árabes que assumiu o poder na última década. Contudo, diferente de outros chefes de Estado, como no Marrocos, com o rei Mohammed, ou na Jordânia, com o rei Abdullah, o presidente Assad não fazia parte de uma família real. Até o momento, tudo indica que Assad foi o primeiro e último a conseguir transferir diretamente ao filho amplos poderes de comando, uma vez que Mubarak, no Egito, e Gaddafi, na Líbia, tiveram suas aspirações interrompidas com os acontecimentos em 2011.

É esse cenário que compõe a Síria, no seu período anterior ao início da Primavera Árabe, por meio de uma minoria que detém a força da máquina pública. O perfil de Assad filho, por mais que ainda siga muitas estratégias de seu pai, como o fato de exaltar a própria imagem em demasia, é diferente do que seu antecessor imprimiu enquanto esteve no poder. Bashar preferiu melhorar o clima institucional com uma aparente abertura política e econômica, com o descerramento de suas fronteiras para bancos estrangeiros e empresas estrangeiras, além de ter promovido algumas privatizações, com o objetivo de que o Estado interferisse menos na vida das pessoas. Outro contrassenso, encontra-se na dualidade comportamental em relação a política interna. Em muitos momentos, o ditador aproximou-se de posturas que davam a entender um perfil mais acessível a pluralidade ideológica, até mesmo promovendo liberdade de imprensa. Mas, muitas vezes, o governo de Damasco foi responsável por forte agressão contra aqueles que resolviam opor-se ao regime, mantendo forte controle estatal (BRANCOLI, 2013).

Nas mãos de Assad filho, a Síria viveu momentos de expansão econômica e de crescimento do PIB. Mas, conforme dito por Brancoli (2013, p. 116) a maioria da população não participava desses ganhos, pois “seja no setor bancário, telefonia ou turismo, algumas áreas só podiam efetivamente ser coordenadas com os contatos certos”. Uma estratégia do partido Baath para manter o controle do país nas mãos de algumas poucas famílias, todas sempre ligadas a minoria alauita, ocupantes de cargos e funções que propiciam a engenharia da perpetuação no poder. O turismo foi uma ferramenta amplamente usada por Bashar, em duas frentes. Em princípio como indústria do serviço, recebendo capital internacional e gerando emprego para seus apadrinhados. Em um outro foco, receber visitantes foi sempre um instrumento

de propaganda de seus feitos enquanto presidente. Damasco chegou a ter estrutura avançada para receber viajantes, com excursões organizadas em inglês e francês de forma ampla (BRANCOLI, 2013).

Em meados de março de 2011, enquanto o mundo árabe sangrava pelos efeitos desmedidos das revoluções populares, nenhum indicativo de que a Síria seria foco de protestos e manifestações. Mas sem que se percebesse, um cenário para que isso ocorresse estava montado, conforme exaltado por Guidère (2012, p. 175-176) ao afirmar que

No fim de 2011, estavam reunidos todos os ingredientes para que eclodisse a cólera popular: regime partidário único e militarizado, pressão policial insustentável (*Moukhâbarât*<sup>3</sup>), falta de liberdade de imprensa [...].

No início de abril de 2011, a cólera popular rebentou, primeiro em Deraa e em Lattaquié, no domínio dos próprios alauitas, mas foi reprimida com sangue. Seguiu-se uma longa e macabra série de massacres (mais de 7.000 mortos no início de 2012), sob o olhar impotente da comunidade internacional.

Mais uma vez, seguindo o exemplo tunisiano, o estopim das manifestações ocorreu no interior do país e não em um grande centro. A cidade de Deraa, situada na região sudoeste do país, é a capital de uma província homônima, que fica localizada a mais de 100 km de Damasco, foi o palco das primeiras páginas de insurgência popular. Um grupo com cerca de 15 crianças, moradores dessa cidade e com cerca de 10 anos de idade, foram apreendidos por terem vandalizado com tinta um muro com frases de efeito solicitando a queda do regime, uma brincadeira de criança. Ocorreram registros de agressões contra esses meninos, que foram espancados e, até mesmo, torturados pelas forças do governo de Bashar. Diante dessa ofensa contra pessoas vulneráveis, a população vai as ruas de forma pacífica, mas manifestando-se. Como resposta, a polícia reprimiu com veemência e vigor, matando inúmeros cidadãos, exatamente por terem utilizado armas de fogo para calar a multidão. A situação de forma gradativa sendo exacerbada, pois efetivamente, o gesto de solidariedade inicial foi somado ao contexto de insatisfação

---

<sup>3</sup> Moukhâbarât é uma palavra em árabe, utilizada para identificar o serviço de inteligência policial de um país. Na Síria, ele é o escritório de inteligência militar do governo, que sempre operou de maneira repressiva (GUIDÈRE, 2012).

por parte de grande parte dos cidadãos. Emprego, melhores condições de vida e até água potável são bandeiras levantadas pelos revoltosos (BRANCOLI, 2013).

A situação entra em descontrole, quanto mais o povo se revolta e vai para as ruas, mais Assad filho reprime. As tentativas de parar os protestos com violência, provoca o aumento da raiva da população, questões locais passam a ser ponto de pauta, o regime como um todo vai sendo questionado em praça pública. Isso ocorreu com velocidade, pois, como dito anteriormente, a maioria da população, representada pelos muçumanos de raiz sunita, não fazia parte da divisão do bolo econômico, sendo sempre relegada em favor da minoria detentora do poder. Dessa forma, ganha em escala o movimento dos insatisfeitos. Outras cidades são contaminadas com esses gestos de levantamento, Damasco já recebe a Primavera Árabe, com característica pacífica ainda (BRANCOLI, 2013).

Como sinal de que iria resistir, Bashar usa a tribuna do parlamento sírio, amplamente controlado por seu partido político, para mandar o recado, em cadeia nacional, de que iria combater toda tentativa de tirá-lo do poder. Nesse pronunciamento em 30 de março de 2011, o ditador tenta confundir a todos ao mencionar que manifestações pró-regime haviam tomado conta das ruas de Damasco, uma tentativa de pedir apoio com insucesso, pois o governo não tinha capilaridade para isso (BRANCOLI, 2013).

No mês de junho de 2011, especificamente no dia 20, outra tentativa do presidente de passar a imagem de que a culpa desses protestos, além da tentativa de sua deposição, era uma interferência internacional, como se fosse ele um perseguido das potências ocidentais. Mais uma vez é em vão, pois a situação no país já é delicada. O governo não reage com diálogo, apenas reprime com força e violência toda tentativa de protesto. Sendo assim, os números de mortes por parte de civis que tentam demonstrar algum descontentamento crescem cada dia mais, sendo no início de julho quase 1.500 mortos pelas forças do exército. A força republicana, com a desculpa de proteger o país, passou a cometer crimes contra aqueles que se opunham ao regime, conforme relatado por Brancoli (2013, p. 119)

Coordenada pelo irmão do presidente e composta, em sua maioria, de alauitas leais ao governo, o grupo seria acusado, nos meses seguintes, de assassinar crianças, filhos de opositores, enviando os corpos para as famílias como aviso. Os alauitas, além disso, dominariam pontos estratégicos do exército e da administração estatal, fazendo com que esse grupo étnico acabasse por se confundir com o poder *per se*.

O ponto de não retorno para uma guerra civil é instalado com o aumento do poder xiita nas forças de Al-Assad, além da participação na condução de seu governo por parte das famílias alauitas. Especificamente, isso ocorre logo após uma missão capitaneada por membros da Liga Árabe cair por terra, em uma tentativa, por parte da comunidade internacional, de ajudar na mediação da crise. Entretanto, com a deserção em massa nas fileiras do exército sírio, desde soldados rasos chegando aos postos mais altos da hierarquia militar, muitos abandonam Bashar. Essa renúncia a submissão do ditador faz com que surja o Exército Sírio Livre (ESL), força bélica de oposição ao governo, que tem como objetivo fundamental arrancar do poder Assad filho (GUIDÈRE, 2012).

Em mais de 5 anos de guerra, instalou-se na Síria uma enorme crise humanitária. Os números assustam o mundo, pois, segundo a ACNUR, mais de 400 mil mortos já fazem parte de uma estatística mórbida, que ainda conta com 6,3 milhões de cidadãos deslocados internamente e 5 milhões de refugiados, que se abrigam em várias partes do mundo. Esses registros são produto da forma com que é desenvolvida a dinâmica do conflito, como o exemplo da crueldade do governo de Damasco em utilizar armas químicas contra a população opositora. Em 2012, Assad assumiu já ter utilizado essas armas e foi alvo de crítica por parte da ONU e da comunidade internacional. Insensível a toda manifestação fora de suas fronteiras, o ditador promoveu um ataque com essas características em 2013 na cidade de Ghouta, levando a morte de mais de 500 habitantes dessa zona agrícola que fica próxima à capital (TURCI, 2017).

Em termos geopolíticos, esse é um país importante nas disputas que ocorrem na região. Como exemplo, o destaque de Visentini (2014, p. 206) demonstra uma das relações históricas do regime sírio ao dizer que

Na esfera externa, percebe-se um grande conflito regional por trás dos problemas na Síria, bem como uma presença de interesse de grandes

potências. No que tange à dinâmica regional, a Síria tem no Irã seu grande aliado – tendo Teerã já professado sua intenção em dar apoio a Damasco em qualquer confrontação futura com Israel. A Síria é peça-chave na política de expansão de influência iraniana e projeção de poder no Levante.

Em contrapartida, a Arábia Saudita, que diverge politicamente com o Irã, encontra no enfraquecimento do governo de Bashar uma oportunidade de reequilibrar, ou de desequilibrar, as forças na região. Aliados dos Estados Unidos e de muitos governos ocidentais, a coroa saudita enxerga uma possibilidade clara de a maioria sunita ascender a cadeira presidencial e ditar condições diferentes em solo sírio, por esse motivo, tem financiado os rebeldes e fornecido equipamento militar. As preocupações do governo de Riad não são em vão, afinal teme-se que uma tríade possa ser formada por Iraque, Síria e Iran, todos governados por xiitas, que de maneiras particulares amparam seus movimentos no fator étnico (VISENTINI, 2014).

Outra característica importante na política internacional está ligada a Turquia, que por possuir limite fronteiro com os sírios vive um momento novo na estratégia política com seus vizinhos. Anteriormente, os turcos buscavam manter-se isento das disputas no oriente médio, isso para que não atraísse para si problemas. Entretanto, o governo do presidente Recep Erdogan, que é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), resolve atuar no conflito a partir de outubro de 2012 quando 5 cidadãos foram mortos, próximos a fronteira, por balas desferidas da Síria. Esse acontecimento resultou em um imbróglio diplomático, que faz com que Erdogan mantenha o exército turco em constante vigília. Apesar das tensões, ainda apenas estão no campo das ameaças, justamente pela intervenção feita pela OTAN, que busca apaziguar os ânimos (VISENTINI, 2014).

A Rússia, que possui uma história de longa relação com a Síria desde a extinta URSS, também tem participado do conflito instalado naquele país. Os interesses do governo de Moscou são estratégicos, enquanto posicionamento militar e econômico. Na busca por evitar uma interferência americana contra Assad filho, os russos passaram a proteger o governo do ditador, para que ele não seja retirado do poder. Afinal, muita coisa encontra-se em disputa para o presidente Vladimir Putin, conforme dito por Visentini, (2014, p. 209)

A proteção diplomática russa vem de dois principais motivos: a importância de manter um porto no Mediterrâneo Leste e pela questão de manutenção de controle das rotas energéticas. No Leste do Mediterrâneo, na costa síria, encontra-se o Porto de Tartus, o qual pode ser utilizado pela frota naval russa quando esta se encontra em atividades. A importância de Tartus é grande: [é o único porto disponível aos russos fora do território da ex-URSS, servindo de acesso e base de projeção de poder em direção ao continente europeu através do Mediterrâneo.

Já os Estados Unidos, que nos últimos anos adotou uma política de fortes cortes nos gastos com intervenções militares na região do Oriente Médio, isso pelo fato de ainda permanecer em solo iraquiano e no Afeganistão, mantém-se moderado na participação dessas disputas. Em princípio, assim como a Arábia Saudita, ofereceu apoio aos opositores, desde financeiro, bélico e, até mesmo, logístico. Durante um tempo, a guerra ficou estagnada, sem que nenhum dos lados avançasse, mas quando o governo de Damasco conquistou algumas vitórias importantes, o presidente americano Barak Obama interferiu no campo diplomático, dialogando em muitos casos diretamente com os russos. Para os EUA, a desculpa para manter-se preocupado com o que ocorre Assad filho é de que ele não pode romper a “linha vermelha”, ao cometer crimes contra a humanidade, como no caso da utilização de gás Sarin contra o povo. Entretanto, fica claro que vai além de questões humanitárias, o amplo interesse do ocidente, nesse que é um país chave na geopolítica internacional (VISENTINI, 2014)

Além dos grupos rebeldes, sobretudo o Exército Sírio Livre, Assad enfrenta outro inimigo perigoso. Trata-se do grupo terrorista Estado Islâmico, que deu seus primeiros passos no vizinho Iraque. Aproveitando as fragilidades causadas pelos conflitos instalados na Síria, o EIIS ganhou terreno e conquistou muitas cidades. As principais características quando toma para si um local estão ligadas a interpretação da lei canônica islâmica, a Charia. Registros dão conta de que esse comportamento gera uma escalada da violência, provocando perdas e muita dor para os povos que são dominados. Todos aqueles que não concordam em obedecer são torturados e assassinados, além de casos em que mulheres são sequestradas e vendidas como escravas. De certa forma, esse é um ponto de convergência entre todas as forças que atuam no conflito, pois a comunidade internacional tem medo do crescimento desse grupo que ameaça o mundo como um todo, sendo o EI o inimigo em comum (TURCI, 2017).

Essa atuação do grupo extremista é fonte de um conflito particular contra o povo curdo, sobretudo o grupo étnico que segue o zoroastrismo chamado de Yazidi, que vive em sua maioria no Iraque, muito próximo à fronteira com a Síria. Algumas cidades compostas por povos curdos foram tomadas pelo EIS, com isso esse grupo étnico foi para o front com seus combatentes, chamados de Peshmerga. São eles os responsáveis por formar uma resistência, desde o território iraquiano, até o sírio. O fotógrafo Gabriel Chaim apresenta uma série documental, chamada Zona de Conflito, em que atravessa a fronteira síria por terra, vindo do Iraque. Nos primeiros episódios é possível observar o dia a dia da trincheira que fica em frente a cidade de Sinjar, muito próxima ao limite fronteiro entre as duas nações, onde um dia foram terras curdas. A batalha nessa cidade, como em outras desse pedaço do mundo, encontra-se em estágio de estagnação, nem o Estado Islâmico e nem os curdos avançam, ampliando a duração desse momento de conturbação (ZONA, 2017, 1ª temp., ep. 1).

Mais adiante, Gabriel cruza a fronteira, entra no território sírio e registra os acontecimentos que ocorrem na região de Rojava, pedaço de terra conhecido como Curdistão Sírio ou Curdistão Ocidental. Como já dito anteriormente, os curdos buscam anexar territórios para criar sua própria nação, mas sempre são amplamente perseguidos, principalmente nos países de maioria muçumana. Chaim chega em Kobane, uma cidade controlada atualmente pelas forças curdas à revelia de Assad Filho. Antes dos acontecimentos da Primavera Árabe, esse município tinha mais de 400 mil habitantes. Entretanto, frente a fragilidade da Síria, o Estado Islâmico invadiu e tomou essa localidade por 4 meses, forçando boa parte a fugir, primordialmente para Turquia, que tem fronteira próxima. Os curdos reconquistaram essa cidade, que hoje encontra-se devastada, mas já iniciaram sua reconstrução, que não é fácil por faltar condições básicas, como água, comida e saneamento. Esse é, sem dúvidas, um exemplo de quão complexo converteu-se esse conflito, que envolve inúmeras faces diferentes da raça humana (ZONA, 2017, 1ª temp., ep. 1).

**FIGURA 13 – KOBANE**

Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/09/u2-mostra-em-show-imagens-feitas-com-drone-por-brasileiro-na-siria.html>>. Acesso em: 13 maio 2017.

Uma das grandes dificuldades ocasionadas pela guerra civil na Síria é a falta de informações, tanto jornalísticas quanto das condições de vida daqueles que habitam no país. Por isso, esses registros vídeo-documentais são importantes, justamente quando mostram em imagens e sons daquilo que muitas pessoas mundo afora nem conseguem imaginar. No início de 2017, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas americana conferiu a plataforma provedora de filmes NETFLIX, que tem escala global de cobertura na área do entretenimento, a estatueta do Oscar de “Melhor Documentário Curta-Metragem” para a produção “Os Capacetes Brancos”. Trata-se de um grupo sírio, de cidadãos comuns, que faz uma resposta imediata aos ataques promovidos em áreas rebeldes, alvos do regime de Damasco. Todo tipo de pessoa participa dessa organização, desde pedreiros, ferreiros e até alfaiates, pessoas que abandonam suas profissões para salvar vidas onde o governo largou à própria sorte, ou melhor elegeu como inimigos, desde 2011 (OS CAPACETES, 2016).

Com o lema “Salvar uma vida é salvar toda humanidade”, os Capacetes Brancos são treinados no sul da Turquia durante um mês, pois chegam ao grupo sem nenhum conhecimento de atuação nessas horas de desespero. Com as atividades iniciadas em 2013, são conhecidos como a Defesa Civil da Síria, tendo em seus quadros mais de 2.900 cidadãos, em 120 centros no país inteiro. Eles trabalham diariamente, sem folga, pois os ataques acontecem sempre. Vivenciam a realidade de uma guerra sangrenta, que já não vê mais o que pode ser destruído, como no caso de Aleppo, uma cidade que se encontra em escombros (OS CAPACETES, 2016).

Quem resiste em viver nessas condições, sofre diariamente com ataques aéreos feitos pelo governo, além de no solo com as investidas do Estado Islâmico. Os que mais são atingidos são crianças e mulheres, que atônitos tentam sobreviver a um conflito, que segundo eles, não tem saída à vista. A obra que relata a vida dessa corporação, que foi laureada pela maior indústria cinematográfica do mundo, mostra para o espectador um detalhe das forças governamentais, comandada pelo ditador Bashar Al-Assad, que é surpreendentemente sórdida. Assad ordena que sejam perseguidos os Capacetes Brancos, pois eles são oriundos dos seus opositores, ignorando totalmente o fator humanitário que permeia a atuação desse grupo. Deixando claro, para o mundo inteiro, que seu único interesse é o de permanecer agarrado a cadeira presidencial, custe o que custar (OS CAPACETES, 2016).

#### 4.1 INTERNET E AS MÍDIAS SOCIAIS

Um dos fatores que impressionam, como característica, nas revoluções que fazem parte do fenômeno Primavera Árabe é a forma como ocorreram as mobilizações, sobretudo a força das ruas, a velocidade com que cresceram os protestos e a comunicação eficiente utilizada pela população. Esse destaque é importante por ser essa uma região onde os governos controlavam com mão de ferro os meios de comunicação, sendo que em muitos desses países a imprensa era altamente controlada, cumprindo papel oficial, ou seja, institucional. Chegou a ser uma tradição na imprensa local, do Norte da África e do Oriente Médio, a ocupação do horário nobre com cultos as imagens dos regimes ditatoriais, longos discursos dos

ditadores, imagens e reportagens de vitórias bélicas, apologia as “revoluções” e espaço amplo para datas comemorativas de cunho cívico (BRANCOLI, 2013).

A tentativa de se obter uma cobertura por parte de empresas internacionais também foi, em geral, fruto de muito controle estatal oriundo desses regimes. Principalmente, no que tange meios de comunicação, os organismos ligados ao ocidente a todo momento foram foco de desconfiança. Mandar equipes de jornalistas para fazerem coberturas nesses países, mesmo em tempos de paz, sempre foi muito ariscado, pois esses profissionais deveriam ser controlados de perto com muita veemência. Entretanto, muito próximo dos acontecimentos revolucionários aqui abordados, transformações vinham ocorrendo no campo da cobertura televisiva. Isso se deu pela entrada da TV por satélite, fundamentalmente pela incursão no Mundo Árabe do canal de televisão Al-Jazeera, que passou a derrubar barreiras ao mostrar a cultura árabe para o mundo e o mundo para os cidadãos dessa região. Soma-se a essa nova tecnologia, outras como a telefonia celular e a internet, ferramentas que potencializam a interação, rompendo limites e fronteiras (BRANCOLI, 2013).

Quando é feita uma observação do cenário relativo as telecomunicações dessa região, em termos de números dos cidadãos que interagem via internet, Brancoli (2013, p. 42-43) destaca que

Paralelamente, a rede mundial de computadores, também no dialeto local, chegava com força ao Norte da África e ao Oriente Médio. Em 2001, o número de árabes conectados à internet era de cerca de 25 milhões. Em 2005, essa quantidade já tinha quadruplicado. De forma mais significativa entre os jovens, a combinação internet-telefones celulares abriu a possibilidade para que tradições antigas fossem desafiadas, como conversa sem restrições com pessoas do sexo oposto.

No contexto da Primavera Árabe, ferramentas que promovem a interação social foram fundamentais. Facebook, Twitter e Youtube formaram uma plataforma capaz de incrementar, mobilizar e incendiar as movimentações que tomaram as ruas. Mais que a inserção da TV por satélite, que proporcionou uma abertura preliminar, é a internet que vai provocar uma democratização da informação nessa região, seja pela publicação de textos no Twitter, a interação social do Facebook e pela janela propiciada pelos vídeos constantes nos arquivos do site Youtube (SOUSA, 2017).

**FIGURA 14 – COMO AS REDES SOCIAIS PROVOCARAM A PRIMAVERA ÁRABE**

Fonte: Disponível em: <<http://www.estrategiadigital.pt/como-as-redes-sociais-provocaram-a-primavera-arabe/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

Mais uma vez, é na Tunísia que as coisas acontecem preliminarmente. Em maio de 2010, um grupo de ativistas eletrônicos membros de um movimento de origem sueca chamado de Partido Pirata, que iniciou suas atividades no ano de 2006 em Estocolmo e ganhou espaço em vários lugares do mundo, organizou uma série de protestos contra a censura à mídia que ocorria em solo tunisiano. Foi uma manifestação, no campo virtual, com amparo internacional e que formou uma base preliminar para acontecimentos futuros, em suma o surgimento de uma rede, que conectava diversos atores. Com a produção de vídeos e conteúdos jornalísticos, usaram as redes sociais para exigir liberdade ao acesso da internet naquele país (MONTENEGRO, 2014).

Com as bases prontas e solidas, ao receberem vídeos oriundos de Sidi Bouzid, os ativistas passaram a conhecer a história de Mohammad Bouazizi. Mas isso não ganhava espaço na mídia tradicional, afinal o governo passou a reprimir os protestos e as manifestações e a disseminação daquilo que vinha ocorrendo no centro do país, nem mesmo a Al-Jazera conseguia ter acesso as ocorrências. Vale lembrar, que os esforços do governo foram tão grandes, que Ben Ali ordenou que fossem bloqueadas as vias que ligam a cidade, ninguém poderia sair e ninguém poderia entrar (MONTENEGRO, 2014).

Controlar as estradas e a imprensa não foram as únicas tentativas do ditador, ele também promoveu uma ofensiva contra os meios ligados a internet, bloqueando toda população de utilizar a rede de computadores. Mesmo que não fosse uma tarefa fácil, afinal a disputa que se apresentava era contra uma máquina governamental, ativistas na luta por liberdade em várias frentes encontraram na autoimolação de Bouazizi um estopim para movimentos maiores. Entra em cena a participação dos Anonymous, um grupo de hacktivistas<sup>4</sup> que tem penetração mundial na rede de computadores. Eles passam a mandar imagens daquilo que vinha acontecendo no interior da Tunísia para o mundo todo, além de tentarem divulgação para o público interno, mas o governo trabalhou intensamente nos bloqueios, sendo em 31 de dezembro observado em 7 dias, um número maior que o dobro de restrições feitas em um ano inteiro (MONTENEGRO, 2014).

A partir desse momento, travou-se uma guerra cibernética, as manifestações de rua passaram a contar com o apoio virtual, do mundo inteiro. O governo de Ben Ali passou a invadir o Facebook de vários ativistas, bloqueando suas senhas e derrubando suas plataformas de socialização. Os ativistas deram seu troco e partiram para cima de sites governamentais, causando uma batalha nunca vista na web. Foi tão grande, que a comunidade internacional interferiu nessa disputa, hackers de diversos países travaram disputas com o governo tunisiano, sendo esse episódio conhecido como Operação Tunísia. Tudo isso foi de extrema importância para o que se observou no decorrer da Primavera Árabe, mas só foi possível pela cooperação dos Anonymous em conjunto com ativistas locais, que produziam conteúdo e colocavam as suas mãos nos protestos, fisicamente acompanhando cada manifestação. Muitos dos tunisianos que tinham liderança, tanto na rede de computadores quanto localmente, foram presos e torturados, mas posteriormente solto, como no caso de Slim Amamou, hacktivistas de Túnis, que depois de preso tornou-se por alguns meses ministro de esportes e juventude do governo interino, que sucedeu o ditador Ali. Outro registro importante que deve ser feito, é ligado a participação da agencia de inteligência americana, a CIA. Por mais que os americanos não confirmem, no caso da Revolução de Jasmim, houve a confirmação

---

<sup>4</sup> Hacktivistas são indivíduos que se apresentam como ativistas na busca por uma internet livre, sem barreiras e sem censuras (ANONYMOUS, 2013).

por parte dos hackers de que eles foram abastecidos com equipamentos, para que tudo fosse registrado e distribuído para o mundo (MONTENEGRO, 2014).

Vista como mola propulsora das revoluções, é importante qualificar a posição das mídias sociais nesse pedaço tão importante da história da humanidade. A rede mundial de computadores teve papel mobilizador, muitas estratégias foram utilizadas e sem elas não seria possível propagar o movimento, entretanto as quedas de governos e todos desdobramentos que transformaram essa região, ocorreram por suas questões relativas a sociedade, as pressões exercidas por esses governos e, sobretudo, por uma população que não tolerava mais a realidade em que vivia. Ou seja, a internet foi um meio propagador, não o motivo de toda explosão que ocorreu, afinal essa não foi uma revolução do Facebook, foi uma convulsão social, real e palpável. Brancoli (2013, p. 44) faz uma reflexão objetiva sobre essa passagem relevante do fenômeno, ao dizer que

A análise mais acurada, neste caso, é a de observar os meios de comunicação como uma ferramenta que ajudou a consolidar valores de liberdade das camadas revoltosas. Blogs, vídeos on-line e canais por satélite conectaram jovens e ajudaram a estabelecer as bases para novas interpretações sobre o sistema de poder vigente.

Ainda que a tecnologia tenha um papel fundamental no início de um pensamento reformista anterior às revoltas, não se pode esquecer que são os indivíduos os grandes promotores de mudanças. Manifestações e gestos aparentemente pequenos, em pouco tempo ganham força e se tornam capazes de provocar reviravoltas políticas.

## 4.2 UMA REGIÃO INFLUENCIADA

Com a ajuda da internet e dos meios de comunicação, é com velocidade que os países vizinhos a Tunísia são contaminados com os anseios revoltosos que lá ocorreram. Com a poderosa ajuda da comunidade internacional, via rede mundial de computadores, rapidamente Egito, Líbia, Iêmen e outras nações foram entrando para as contas da, hoje conhecida, primavera Árabe. Toda região do Norte da África e do Oriente Médio foi atingida, seja superficialmente ou de maneira profunda, o Mundo Árabe ganha novos contornos em sua vasta história (MONTENEGRO, 2014).

Com 1 milhão de quilômetros quadrados, o Egito foi o primeiro a sentir as consequências da Revolução Tunisiana que havia derrubado uma ditadura com mais de 23 anos de despotismo. Era a partir desse momento que a nação com mais de 80 milhões de habitantes, com uma história riquíssima, tornava esses movimentos revoltosos em algo internacional, fugindo as fronteiras tunisinas. Muhammad Hosni Said Mubarak foi ditador egípcio a partir do ano de 1981, quando houve o assassinato do então presidente Anwar Al Sadat em 6 de outubro do mesmo ano. Conhecido mundialmente como Hosni Mubarak, ascendeu a cadeira presidencial, como quarto a ocupar esse posto, pelo fato de ser o vice d Sadat. Militar ligado a força aérea, ele exerceu um governo belicoso, mas que seu líder tentava afastar a imagem de uma ditadura militarizada, separando, sempre que possível, as decisões do executivo das do exército. Sempre registrou forte índice de pobreza na população, sendo esse um dos parceiros mais importantes para os Estados Unidos e a União europeia, na região. Afinal, é uma das poucas nações árabes a dialogar com Israel (VISENTINI, 2014).

Concentrados na praça Tahrir, no centro do Cairo, os fortes movimentos revoltosos buscavam a derrubada de Mubarak, que ficava agarrado ao poder já havia quase 30 anos. Ainda em fevereiro de 2011, com os manifestantes acampados na praça, o ditador foi perdendo apoio e força política gradativamente, até que dois golpes foram fatais, a saída do Conselho Supremo das Forças Armadas de seu governo e a ida para a oposição do primeiro-ministro Ahmed Shafiq. No dia 11 do mesmo mês, Hosni Mubarak abdicou do cargo de presidente e passou os poderes para o Conselho Supremo das Forças Armadas, então conhecido como Scaf. Isso tudo ocorreu em pronunciamento, feito em cadeia nacional e transmitido nos telões da Tahrir, por Shafiq, com o objetivo de acalmar as multidões (BRANCOLI, 2013).

Houve certa lentidão na transição política após a queda de Mubarak, dessa forma, novos protestos foram registrados ainda nos meses entre julho e outubro de 2011, mesmo que em menor intensidade. Entretanto, segundo observadores internacionais, eleições justas e democráticas foram realizadas em 3 etapas, compreendendo os meses de novembro de 2011 e terminando em junho de 2012. Desde o processo legislativo, que culminou em nova carta magna e a realização de

eleições para presidente, especificamente no mês de junho, onde Mohamed Morsi, membro do partido Irmandade Mulçumana, tornou-se o primeiro chefe de estado do Egito que chegou ao poder pela via do sufrágio universal. Morsi conduziu um governo conturbado, que durou até junho de 2013, quando multidões foram às ruas pedindo sua cabeça e houve nova intervenção militar, dessa vez nomeando Adly Mansour para uma outra transição de poder. Surge então general Abdul Al-Sisi, chefe das forças armadas e arquiteto da derrubada de Morsi. Ele decreta lei marcial, derruba a constituição e promove eleições em maio de 2014, onde são registrados pleitos fraudulentos, segundo seus opositores, pois ele é eleito para um mandato de sete anos, com a possibilidade de renova-lo por outro em igual tamanho (VISENTINI, 2014).

Atualmente, o ex-presidente Mubarak encontra-se com 88 anos de idade. Foi condenado inúmeras vezes, desde crimes ligados a repressão feita aos protestos da Primavera Árabe, até sua atuação enquanto governante é tema desses julgamentos e condenações. Em março de 2017, foi liberado do hospital militar, onde havia sido mantido preso por questões de saúde. Foi absolvido, pela corte de apelação do Egito, da prisão perpetua que havia sido aplicada em junho de 2012, justamente logo após sua deposição (G1, 2017).

Outro país que faz parte do grupo daqueles que sofreram fortes consequências, como a derrubada de um governo, é a Líbia. Fruto de um golpe militar aplicado em 1969, que sem derramar sangue levou ao fim da monarquia naquele país, o capitão do exército Muammar Abu Minyar Al-Gaddafi autoproclamou-se general e comandante-chefe da Revolução, resultando assim na tomada do poder como novo líder líbio. Por mais de 42 anos, Gaddafi demonstrou-se um excêntrico, chegando a ficar acampado como um beduíno em um encontro em Paris com o presidente francês em 2007. Ele ficava transitando entre acordos com o ocidente e desafios às grandes nações, um exemplo disso foi o atentado de Lockerbie, na Escócia, quando um avião da extinta companhia aérea Pan Am foi explodido no ar com 103 passageiros a bordo, morrendo todos (BRANCOLI, 2013).

A Primavera Árabe na Líbia também ganha contornos violentos, os protestos que iniciam pacíficos em Bengasi, segunda maior cidade daquele país, rapidamente levantam a ferveria com a repressão promovida pelo governo. Daí em diante, com uma velocidade enorme, um conflito armado passa a tomar conta do país. As insatisfações que eram conhecidas no interior inflamam a nação como um todo, afinal Gaddafi só tinha apoiadores em Trípoli. Opositores passam a pedir a queda do ditador, pior ainda por serem somados aos policiais e membros do exército que desertaram, formando assim uma milícia rebelde. Em Misrata, foi registrado o primeiro confronto entre as forças rebeldes e o governo, culminando com a tomada do aeroporto e da cidade como um todo pelos rebelados. Posteriormente, a crise agrava com membros do governo de Muammar abandonando Trípoli e aderindo aos opositores hora concentrados em Bengasi. É criado então o Conselho Nacional de Transição (CNT), que tem o objetivo de destituir o ditador, já enfraquecido. Em agosto de 2011, as tropas do CNT vencem a resistência em Trípoli, terminando com a ditadura. Em 20 de outubro, logo após ser derrubado, Gaddafi é encontrado em Sirte, sua cidade natal, sendo assassinado por populares no mesmo dia. É importante registrar que os rebeldes líbios contaram com ajuda de uma coalizão internacional liderada, sobretudo pela França, com a liderança da OTAN. Atualmente, é um país sem governo próprio, sendo conduzido por membros provisórios que sucederam ao eleito Ali Zidan, que renunciou após meses de governo. Espera-se, nos próximos anos, que a democracia possa ser estabelecida naquela nação (BRANCOLI, 2013).

Apenas em 1990 o Iêmen tornou-se o país que é hoje, em termos geográficos. Até então, duas nações eram conhecidas, Iêmen do Norte e o outro o do Sul. O presidente Ali Abdullah Saleh, então líder do norte anexou as duas partes e fez uma única nação. Somando sua participação enquanto líder das duas configurações, Saleh ficou no poder por quase 34 anos, sempre com muita conturbação em todo território nacional. Com população extremamente rural, esse é um dos países mais pobres do mundo árabe e porta de entrada para o terrorismo da Al-Qaeda, que lá encontra-se estabelecida. Rebeldes Houthis, que formam um movimento político religioso do norte do país, sempre foram um problema para o ditador, por mais que ele tentasse conciliar as demandas desses e de outros grupos tribais, todos reunidos

em partidos. Apesar de ter renda baseada no petróleo e bons ganhos econômicos com esse bem nacional, a distribuição dessa riqueza não chegou ao povo em geral, fazendo com que as insatisfações gerassem as revoltas (VISENTINI, 2014).

A animosidade com os Houthis vira guerra, despertando o olhar internacional, justamente pela característica geopolítica que esse conflito pode ter. Esse movimento político religioso dos Houthis é de corrente xiita, causando com que a Arábia Saudita entre no conflito com a intenção de ajudar Saleh, afinal de contas, uma derrota do ditador poderia significar uma aproximação do Iran naquelas terras, que fazem fronteira com os sauditas. Pressionado a sair do poder, pelas fortes manifestações que já tomavam conta do país desde janeiro de 2011, somadas à guerra civil que agravou, o ditador promete sair do poder, mas exige que seja por novas eleições sem que ele mesmo participe. A crise agrava quando a mesquita em que Saleh estava é atingida por um míssil, causando graves queimaduras no chefe de Estado. Ele vai se tratar na Arábia Saudita, ausentando-se do país até 23 de setembro 2011. O governo tenta reprimir as manifestações em Sanaa, que são cada vez maiores. Somado ao vácuo de poder causado pela ausência por um período, o regime cambaleia com o crescimento dos grupos rebeldes já nos arredores da capital. Em 23 de novembro de 2011, o presidente assina um acordo com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para deixar o governo e ir se exilar na vizinha Arábia Saudita, onde vive até hoje. Apesar da presença da Al-Qaeda nas áreas rurais e dos conflitos armados proporcionados pelos Houthis, o Iêmen caminha para buscar democracia, afinal o país vive momentos de mais liberdade do que nos tempos do ex-ditador (VISENTINI, 2014).

Vizinho da conflituosa Síria e, também, membro dos países com litoral voltado para o Mar Mediterrâneo, o Líbano é o único país do Mundo Árabe que já gozava de ambiente democrático antes das manifestações de 2011. É um pequeno Estado unitário e parlamentarista, que elege seu presidente e um parlamento. Tem economia livre e aberta, sendo um território que busca incentivar o comércio internacional. Com a guerra civil no vizinho, a nação libanesa passou a ficar instável, pois recebe mais de 1 milhão de refugiados oriundos do conflito. Disputas internas no governo, quanto a entrada ou não na guerra síria, provocaram a queda do

gabinete, que se encontrava provisório até a eleição de Michel Aoun. Apesar de uma instabilidade leve, ocasionada pela região conflituosa em que se localiza, já se tem um primeiro-ministro chamado Saad Harir (VISENTINI, 2014).

A Jordânia, uma coroa constitucional, conta com um primeiro-ministro, além do monarca Abdullah II, que rege o país desde 1999 quando houve a morte de seu pai Hussein da Jordânia. É um rei que tem muito poder, tanto internacionalmente, quanto internamente, mas lidera uma economia fraca, que carece de muitos recursos naturais. É uma das menores riquezas da região, dependendo sempre de apoio externo. Frente a esse contexto, Abdullah encarou protestos nos eventos da Primavera Árabe, mas contornou com maior abertura política, a dissolução do governo, convocando novo pleito e maiores concessões com pacotes de alívio a população, que já encontrava-se com alto índice de desemprego e com muitas pessoas na faixa da pobreza. A população, atemorizada com a possibilidade de o país virar uma nova Síria, aceita as condições e o país vive estabilidade atualmente (VISENTINI, 2014).

Assim como a Jordânia, o Marrocos também é uma monarquia. Tem localização estratégica, por ser posicionado na entrada do Mar Mediterrâneo, muito próximo a Espanha. Em 1999 sobe ao trono o rei Mohammed VI, após a morte de seu pai Hassan II, fazendo desse país uma economia dinâmica e com relações políticas internacionais mais abertas. Entretanto, com a crise econômica de 2008, o país passou a viver momentos de dificuldade, sendo que benefícios sociais foram cortados. O povo até aceitava as denúncias de corrupção, que recaiam sobre pessoas de alto escalão da coroa marroquina. Mas a crise, somada aos escândalos, fez com que as pessoas se revoltassem e fossem para a rua em fevereiro de 2011, incluindo esse território no radar da Primavera Árabe. Especificamente em 20 de fevereiro, um número maior de manifestantes foi registrado, com violência em alguns casos, cinco pessoas foram mortas. Rabat, Marrakesh, Tanger e Casablanca foram o palco, mas a população não queria a queda do regime e muito menos a saída do rei, que tem ótima popularidade. O soberano atendeu a algumas reivindicações, como a formação de um grupo para estudar mudanças constitucionais. Além disso, prometeu a nomeação de um primeiro-ministro e injetou 1,4 bilhões de euros na

economia, para tentar aliviar a alta dos preços aos consumidores. Com importantes medidas sendo implementadas e com a ampliação da base institucional, Mohammed VI mantém a estabilidade no país (VISENTINI, 2014).

Maior potência da península arábica, a Arábia Saudita é um país que nunca sofreu influências ocidentais, tem uma economia rica e forte, devido aos seus recursos naturais, fundamentalmente oriundos do petróleo. É uma monarquia absolutista islâmica, que pertence a casa real dos al-Saud desde 1920. Por lá, o rei Abdullah bin Abdul Aziz é também ocupante da cadeira de primeiro-ministro, sendo que todos os cargos de grande valor da nação estão nas mãos de parentes e familiares da coroa. É mundialmente conhecido pela forte opressão que exerce sobre as mulheres, proibindo elas de desenvolverem inúmeras atividades, como votar e dirigir automóveis. Internamente, em março de 2011, os sauditas entram na Primavera Árabe com manifestações ocorridas pela minoria xiita, na província leste do país, que foram fortemente reprimidas. A coroa de Riad resolveu também conceder mais direitos as mulheres, com uma abertura lenta e gradativa da sociedade. Esse país é importante para religião islâmica, pois é lá que fica a cidade, sagrada para os muçulmanos, de Meca, onde o profeta Maomé proclamou o Islã. Outro fator inerente as revoluções de 2011, é o aumento da atuação saudita no cenário internacional, no contexto geopolítico (VISENTINI, 2014).

Pequena porção de terra desértica localizada no Golfo Pérsico, o Bahrein é uma monarquia constitucional que tem maioria xiita, sendo esse um fator que se diferencia de todos os outros países árabes, pois essa maioria é de 75%, a maior comunidade com essa proporção no mundo. Contudo, a família real que governa o país é pertencente a minoria sunita, sendo essa uma fonte de descontentamento popular frente a liderança do Xá Hamad bin Isa al-Khalifa, que está no trono desde 2001. Tem economia diversificada, pois já sofre com o esgotamento das reservas de petróleo, fonte de toda riqueza do país até então. Essa pequena nação foi incluída na Primavera Árabe em fevereiro de 2011, registrando manifestações pelo ano inteiro, onde as pessoas reclamavam por mais liberdade política, por melhorias sociais e, sobretudo, pelo fim do Califado. Temendo uma queda do regime e um desequilíbrio na região, a Arábia Saudita enviou seu exército para cuidar da

segurança nacional e para garantir a permanência do reinado. Grupos pró-democracia e a maioria xiita foram amplamente calados, fazendo com que al-Khalifa decretasse lei marcial (VISENTINI, 2014).

Formado pela união de 7 dos 9 emirados, pois os outros dois são Qatar e Bahrein, localizados na Península Arábica, o Emirados Árabes Unidos (EAU) foi uma colônia britânica até 2 de dezembro de 1971, quando foi formada a atual confederação. As duas maiores cidades, ou seja, emirados, são Abu Dhabi que é capital do país e Dubai, que é a maior em termos populacionais. Desde a independência da nação, o xeique de Abu Dhabi é o ocupante da cadeira presidencial, atualmente ocupada por Khalifa bin Zayid al-Nahyan. Apesar de ser considerada uma monarquia constitucional e parlamentarista, a participação popular é bem restrita, tendo tons de absolutismo nesse regime. Dubai tem a primazia de manter o primeiro-ministro, que atualmente é o xeique Mohammed Bin Rashid al-Maktoum. Mesmo com um poder público fechado e restrições democráticas claras, a coroa tem boa imagem, pois o país é extremamente rico, com políticas que visam distribuir a riqueza, para que se possam diversificar os ganhos com petrodólares, já numa curva de descenso pelo esgotamento de suas reservas em um futuro próximo. Mesmo sendo um Estado árabe, sua constituição garante que ambos os sexos são iguais perante a lei, fazendo com que esse seja o único local onde mulheres são menores que os homens na baixa taxa de analfabetismo registrada por lá. Na Primavera Árabe, foram registrados pequenos manifestos individuais contra a formatação do governo, que foram facilmente reprimidos, com a prisão de alguns indivíduos (VISENTINI, 2014).

Ao norte do Golfo Pérsico situa-se o pequeno Kuwait, um emirado com pouco mais de 2,7 milhões de cidadãos e, assim como seus vizinhos, tem solo ocupado pelo deserto arábico, mas conta com riqueza natural ligada ao petróleo e seus derivados. Foi protetorado britânico até 1961, quando sua independência permitiu o retorno da soberania do emir, que forma uma monarquia hereditária. Além disso, tem um braço parlamentar que constitui o governo, sendo o país com participação democrática da região. Mesmo antes da Primavera Árabe, o Kuwait já contava com oposição livre para se manifestar e eleições livres, que se somam a isso o desenvolvimento

econômico que permite um PIB per capita alto, inflação baixa e índice de desemprego relativamente baixo. Apesar do débito público alto, a população vive bem por ter educação e saúde, ambos gratuitos e com qualidade. O Iraque promoveu em 1990 uma invasão ao país, mas houve apoio internacional para que se livrasse do invasor, sendo esse um fator que agita a relação com os vizinhos até hoje, muito estimulado pelo Irã e pelas disputas internas entre sunitas e xiitas. Atualmente, o emir amplia as transformações democráticas do Kuwait, que já conta com boa participação popular (VISENTINI, 2014).

Com saídas estratégicas para o mar, pois conta com litoral voltado tanto para o Golfo Pérsico quanto para o Oceano Índico, Omã é o segundo maior país da Península Arábica. Por duas oportunidades foi ocupado por outras nações, Portugal até 1650 e Reino Unido até 1970, quando nessa segunda independência formou-se um novo governo, capitaneado pelo Sultão Qabus bin Said al-Said, líder da atual monarquia absolutista. Por mais que a atual conformidade do governo seja oriunda da independência mais recente, esse sempre foi um Sultanato muito forte, constituindo um império mercantil, característica que distingue essa nação das outras vizinhas, pois não se formou um governo por vias artificiais. Apesar de não apoiar liberdades democráticas internas, al-Said é um líder conhecido por tentar mediar os conflitos na região, sendo um fato interessante o de apoiar o processo de paz entre Israel e outras localidades de influência árabe (VISENTINI, 2014).

A pequena monarquia absolutista do Qatar fica localizada no leste do Golfo Pérsico, tendo o petróleo e o gás natural como riquezas naturais que trazem divisas para o emirado. É governado pela casa de Thani, sendo atualmente o ocupante da cadeira real o emir Tamim bin Hamad al-Thai, que vem de uma família ligada a corrente Wahabista, do islã sunita, assim como a Arábia Saudita. Essa é uma corrente que influencia muito no papel da mulher na sociedade, entretanto o Qatar tem demonstrado, historicamente, que nesse assunto é mais aberto que os vizinhos. Pessoas do sexo feminino podem votar e serem votadas ao concorrer nas eleições municipais, desde 1998, além ser permitido conduzirem automóveis e fazerem viagens ao exterior. Tem uma população de 2 milhões de habitantes, sendo que esse fator somado as riquezas dos recursos fósseis torna essa a nação com maior PIB

per capita do mundo. O regime de Doha tem tentando constantemente desenvolver um papel mais relevante na região, isso ocorre por sentir-se mais forte com o crescimento econômico experimentado nas últimas décadas. Por ter equilíbrio social, não teve registros ligados a Primavera Árabe, mesmo estando dentro do olho do furacão. Entretanto, desenvolve um papel apaziguador junto ao Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), usando a diplomacia para mediar conflitos. Sendo um dos arquitetos, por exemplo, da intervenção no território líbio, o papel do Qatar no fenômeno de 2011 é o de ajudar no reequilíbrio da região (VISENTINI, 2014).

Nação importantíssima no Crescente Fértil, o Iraque é um país conturbado, desde a deposição de Saddam Hussein em abril de 2003, quando os Estados Unidos invadiram as terras do ditador, com a desculpa de que ele possuía um programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa. Após essa invasão, muitas consequências da deterioração social são apontadas naquela nação, como a crescente escalada do terrorismo, vinda da Al-Qaeda e do Estado Islâmico. Ironicamente, foi dentro das prisões americanas no Iraque que Abu al-Baghdadi do El recrutou islamitas de corrente sunita para formarem a base do grupo que lidera atualmente. Atualmente, a guerra cível que ocorre por lá ganhou contornos de intensificação, sendo que os dois grupos terroristas têm crescido cada vez mais, agravando ainda mais a delicada crise que vive o povo iraquiano, por ser governado por xiitas altamente sectários (VISENTINI, 2014).

Quando o assunto é Israel e Palestina, logo se pensa no processo de paz que se tenta estabelecer nessa região há anos. Entretanto, é importante destacar algumas características nesse território tão dividido. Israel é uma democracia parlamentarista, que fica entre a Síria e a Península Arábica, tendo um considerável litoral nas margens leste do Mar Mediterrâneo. Já a Palestina é uma localidade que busca sua independência, sendo considerada pela ONU como um Estado observador, que se encontra dividido em duas partes. A primeira é a Cisjordânia, que tem uma área com pouco mais de 5.600 quilômetros quadrados e uma população girando em torno de 1,8 milhões de habitantes. O outro lado é conhecido como Faixa de Gaza, que tem uma porção menor de terra, na casa dos 365 quilômetros quadrados, onde vivem 1,8 milhões de pessoas. Com a Primavera Árabe, quem mais sofreu com os

acontecimentos revolucionários entre os dois foi Gaza, que perdeu o apoio da Síria e do Irã, pois o Hamas resolveu trair a ditadura de Assad filho. A Cisjordânia tem tentado ampliar sua economia e se credenciar enquanto nação, sendo esse o objetivo atualmente (VISENTINI, 2014).

Com uma área um pouco maior que 2,4 mil quilômetros quadrados, a Argélia é um país que tem geografia diversificada, desde o litoral com fértil natureza e onde encontra-se a capital Argel, até o ambiente árido do deserto do Saara que predomina em 80% do território nacional. A população é predominantemente mulçumana de origem árabe-berbere, sendo que conta com um total de aproximadamente 38 milhões de habitantes. Foi uma colônia francesa, que teve sua independência decretada no ano de 1962. Presidente eleito por sufrágio universal em 1999, Abdelaziz Bouteflika foi importante para pôr fim à guerra civil que consumiu o país durante anos. Apesar de transparecer abertura política, Bouteflika vem sendo reeleito constantemente para seu mandato de presidente, sempre em eleições fraudulentas, segundo constatações internacionais. Em 2008, frente a crise econômica internacional, a economia argelina sofreu muito desgaste, fazendo com que o ditador se alinhasse politicamente com os militares do exército argelino e com o parlamento, onde foi reconduzido para outro mandato presidencial. A Primavera Árabe ocorreu naquele país como consequência dos acontecimentos vizinhos, sendo que manifestações iniciaram em janeiro, não foram reprimidas e tendo duração de alguns meses, quando Abdelaziz resolveu ceder a algumas reivindicações, como reforma constitucional para que se pudesse ampliar a participação democrática no parlamento. Além disso, em maio de 2011, o governo passou a atuar com medidas como aumento do rendimento no funcionalismo público e subsídios alimentícios para os menos favorecidos. A corrupção na política é uma das maiores insatisfações do povo, que vê na figura do ditador um homem que fraudava eleições (VISENTINI, 2014).

Em abril de 2014, tive a oportunidade de viajar para a República Popular e Democrática da Argélia. Junto com um amigo, entramos por Argel e saímos pela fronteira com a Tunísia, conforme explanado anteriormente nesse mesmo capítulo. Relato essa experiência, pois o país havia passado por eleições recentes, sendo que

cartazes com apologia ao presidente estavam espalhados por todas cidades. Além disso, percebi o forte aparato militar que fica nas ruas, afinal de tempos em tempos as pessoas são abordadas para se identificarem, incluindo os inúmeros pontos de checagem ao longo das estradas e cidades no interior do país. Quanto a essa insatisfação com a política, pude perceber ao conversar com um cidadão no centro da cidade de Argel, que meio temeroso em falar sobre política, disse que todos são igualmente corruptos.

### FIGURA 15 – CARTAZ COM PROPAGANDA POLÍTICA DE BOUTEFLIKA



Fonte: Arquivo pessoal

Uma potência na produção de petróleo, com uma população na casa de 72 milhões de habitantes, o Irã é uma nação que almeja tornar-se uma potência na região conhecida como Arco Montanhoso ao Norte, ou melhor em todo Oriente Médio. A antiga Pérsia, hoje conhecida como uma República Islâmica, é um membro dessa parte do mundo, capaz de equilibrar ou desequilibrar as disputas ocorridas por lá. A história iraniana é marcada por tumultos durante boa parte do século XX, mas o programa nuclear, iniciado em 1950 com ajuda do governo dos Estados Unidos, tornou-se um problema a partir de 2002, quando informações sigilosas davam conta de uma virada clandestina no programa. Desde 2009, a República passou a sofrer

sanções internacionais, pois urânio enriquecido a 20%, que é capaz de gerar armas nucleares, passou a ser desenvolvido no país. Em julho de 2010 as pressões aumentaram, justamente quando a União Europeia adotou sanções ao governo de Teerã, causando um abalo econômico, sobretudo na indústria do petróleo e do gás. Em 14 de fevereiro de 2011, foram registrados alguns movimentos ligados a Primavera Árabe, principalmente na Praça Azadi, no centro da capital. As poucas manifestações que ocorreram foram rapidamente abafadas, evitando que maiores consequências fossem observadas. Apesar de ter sofrido pouco impacto no campo doméstico, o papel desse país nas Revoluções de 2011 está diretamente ligado à sua participação no campo geopolítico internacional, fundamentalmente na guerra que ocorre na Síria. A ditadura de Damasco é parceira dos iranianos, sendo que o resultado que ocorrer por lá vai representar desdobramentos futuros (VISENTINI, 2014).

De maneira indireta, o Chifre da África foi atingido pela Primavera Árabe, mesmo que periféricamente. Essa é uma região delicada do planeta, pois é casa de muitos grupos terroristas e fruto de muitas conturbações políticas. Formado por territórios extremamente pobres no contexto social, mas com riquezas naturais ligadas ao petróleo, sendo objeto de desejo de muitas potências mundiais. Um exemplo disso, é a criação do AFRICOM, que é uma divisão do Departamento de Defesa americano, com o objetivo de coordenar operações militares e estratégicas, muitas vezes em parcerias bilaterais. A base militar americana oficial dessa divisão, encontra-se no Campo Lemmonier no Djibuti, sendo fundamental para combater o derramamento de armas que ocorreu na região após as revoluções da Primavera Árabe. França e Reino Unido, juntamente com os Estados Unidos, reforçaram sua participação, nesse que é um local importante na política do continente africano (VISENTINI, 2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A humanidade conforme conhecemos atualmente, vive um momento de transição, justamente no instante em que os conceitos de globalização parecem ter sido consolidados. Os avanços tecnológicos alcançados na contemporaneidade, permitem que o mundo esteja conectado, independente das diversas realidades que cada localidade possa ter. Dessa forma, essa dissertação apresentou uma análise da busca por democracia com contornos contemporâneos, cercado pelas características mais recentes e provocando um choque cultural causado pelos comportamentos milenares de alguns povos, em contrapartida às modernidades que se tornam transformadoras.

O ano de 2011, que marcou a história da existência humana, tornou-se protagonista com a revolucionária passagem do fenômeno Primavera Árabe. Em verdade, esse acontecimento ainda não teve todos os seus desdobramentos finalizados, pois muitas consequências daqueles protestos e manifestações ainda estão em curso. Certamente em mais alguns anos, ou talvez décadas, teremos como dimensionar os efeitos desses momentos que tomaram conta da política internacional. Isso pelo fato de ainda hoje sermos abastecidos diariamente com novos acontecimentos, todos derivados das ocorrências no Mundo Árabe.

Mesmo antes das revoluções de 2011, o Norte da África e o Oriente Médio já eram regiões importantes no contexto global. Entretanto, o momento atual faz desse pedaço do mundo uma chave para inúmeros eventos futuros, causando desequilíbrios ou propiciando equilíbrios no contexto geopolítico, afinal todos estão observando que rumos tomaram as nações pertencentes a essa localidade.

Com a bandeira democrática na mão, foi das massas que um movimento devastador correu milhões de quilômetros, rompendo fronteiras. Entender sobretudo que democracia é algo complexo de ser interpretado é o ponto de partida, para que se possa avaliar seus efeitos. A internet, que faz o mundo virtual conectar o real, foi uma das ferramentas para que houvesse propagação rápida e eficiente dos movimentos revoltosos. Entretanto, foram o contexto histórico, o passado opressor e

o desejo do agora que derrubou ditaduras e transformou sociedades inteiras. A Tunísia palco inaugural dos acontecimentos, pode experimentar um momento de esperança, muito pela abertura política que já vem sendo construída, necessitando de consolidação com o tempo. Já a Síria vive uma sequela diferente, sendo vítima da sede de poder que governa o país há décadas, com uma sociedade em frangalhos e um país em escombros, devido a guerra civil que assola aquele povo. Esses são, primordialmente, os extremos da luta por liberdade política.

No meio dessas duas realidades, encontram-se emanadas outras faces, todas elas frutos da reação proporcionada pela realidade cultural, social, geográfica e, fundamentalmente, política de cada país. Desde outros conflitos internos, como no caso do Iêmen que já tinha conturbações domésticas, mas foram agravadas depois de 2011, passando por aqueles territórios que seus ditadores foram arrancados do poder, como na Líbia, tangenciando com aqueles que tiveram a habilidade de contornar pacificamente, a exemplo das coroas reais do Marrocos e da Jordânia e chegando naqueles lugares onde pouco foi observado, mas não se passou em branco, visto nas experiências do Qatar e do Irã, que atuam mais nos resultados advindos da comunidade internacional.

Na esteira disso tudo, muitos efeitos da Primavera Árabe são observados fora da própria região atingida. O caso mais estarrecedor e preocupante está ligado a questão do refugiado, que é um produto das instabilidades internas de cada país. O fluxo migratório de refugiados faz com que vivenciemos a maior crise humanitária desde a Segunda Grande Guerra, atingindo quem é vítima de disputas armadas e conflitos, além de provocar um debate amplo quanto ao papel de outras sociedades no socorro a essas pessoas. É sempre importante enaltecer que quem busca refúgio o faz por necessidade de manter sua vida, afinal suas condições de sobrevivência já não existem mais onde mora. Mas há quem prefira fechar as portas de seus países para esse drama humano, como na defesa feita por partidos europeus ligados à extrema direita. Ainda assim, existem nações que desejam fazer sua parte, estender as mãos para quem vive um drama que deve ceifar gerações de homens, mulheres e crianças.

Querer apontar uma solução, para todas essas consequências negativas oriundas das revoluções de 2011, não é o objetivo do presente estudo, mas é relevante indicar que as lideranças mundiais, dentro dos fóruns apropriados, devem mobilizar-se para direcionar esse conflito rumo a uma porta de saída. A ONU, além de ser um dos principais ambientes de debate, também tem papel ativo, cabendo a ela um protagonismo na busca pela paz, como feito nos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial.

Algumas ações observadas na sociedade civil são exemplo do que se pode ser feito por cidadãos comuns, como no caso do Rotary Internacional, que é uma instituição que reúne clubes locais para propiciar ajuda humanitária em diversas escalas. O projeto que atua diretamente nas consequências de conflitos no mundo inteiro é o Centro Rotary pela Paz, que distribui bolsas de estudo para formação de profissionais como mestres em Políticas Públicas em universidades localizadas no Japão, Inglaterra, Austrália, Suécia e Estados Unidos, para que posteriormente possam atuar em regiões onde a paz não existe mais e precisa de ser reestabelecida. Em mais de 14 anos de existência, esse projeto já formou um número superior a 1000 bolsistas, que atuam majoritariamente em ONGs e agências governamentais, como a própria ONU.

Esses esforços são fundamentais, pois observa-se que as ditaduras e as regiões conflituosas são terrenos devastados para o desenvolvimento humano. Sobretudo, a pobreza e o aumento das diferenças sociais são as consequências do cerceamento feito à evolução de políticas públicas. Isso ficou claro ao que se pode ser observado no documentário Os Capacetes Brancos, onde a sociedade cumpre o papel do Estado, sendo o socorro civil aos atingidos por ataques bélicos, o mais próximo de uma política de saúde.

Enquanto acompanhamos os desdobramentos da Primavera Árabe, fica o sentimento de que existe esperança de dias melhores, que os líderes mundiais pensem nas consequências locais e individuais e que a humanidade possa, mais uma vez, aprender com a dor.

## REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Tendências globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ANONYMOUS. **O hacktivismo no desenvolvimento da internet**. Disponível em: <<http://www.anonymousbrasil.com/coluna/o-hacktivismo-no-desenvolvimento-da-internet/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

ARON, Raymond. **Democracia e totalitarismo**. Lisboa: Presença, 1966.

\_\_\_\_\_. **Paz e guerra entre as nações**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BEN Ali condenado a mais de 10 anos de prisão por abuso de poder. **DN**. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/ben-ali-condenado-a-mais-10-anos-de-prisao-por-abuso-de-poder-5085639.html>>. Acesso em: 11 maio 2017.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora UNB, 1981.

\_\_\_\_\_.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

BRANCOLI, Fernando. **Primavera árabe: praças, ruas e revoltas**. São Paulo: Desatino, 2013.

CARTILHA DO REFUGIADO. Vitória: Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo, 2016. 22 p.

CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHAVES, Lindinalva Messias do Nascimento. **A questão dos refugiados nas relações internacionais**. Dissertação (Mestrado em Direito). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. 148p.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DUARTE, Amanda. **Geopolítica**: Origem, o que estuda e sua evolução. Disponível em: <<http://www.estudopratico.com.br/geopolitica>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

ESPINOSA, Baruch. **Tractatus politicas**. Haia: Van Vloten e Land, 1914.

FERNANDES, Sandro. **Depois da primavera árabe, Tunísia está entre a esperança e o medo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/depois-da-primavera-arabe-tunisia-esta-entre-esperanca-o-medo-18399661>>. Acesso em: 11 maio 2017.

FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. 3. ed. Vitória: INCAPER, 2008.

GARDNER, Frank. **O homem que ‘acendeu’ a fagulha da primavera árabe**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/ultimas\\_noticias/2011/12/111217\\_primavra\\_arabe\\_bg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavra_arabe_bg.shtml)>. Acesso em: 10 maio 2017.

GUIDÈRE, Mathieu. **O choque das revoluções árabes**: da Argélia ao Iêmen, 22 países sob tensão. Lisboa: Edições 70, 2012.

HÁ 5 anos, queda do presidente da Tunísia dava início à primavera árabe. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/ha-5-anos-queda-do-presidente-da-tunisia-dava-inicio-primavera-arabe.html>>. Acesso em: 10 maio 2017.

LEÃO, Débora. **A Revolução de Jasmim e a criação de uma cultura digital na Tunísia**. Disponível em: <<http://blog.pucsp.br/culturadigitalri/?p=116>>. Acesso em: 11 maio 2017.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Nelson Jarh Garcia, 2000. E-Book. Disponível em: <<https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

MELLO, Patrícia Campos. **Diante de números recordes de refugiados, Brasil precisa ajudar mais**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cenarios-2017/2016/12/1842081-diante-de-numeros-recordes-de-refugiados-brasil-precisa-ajudar-mais.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MINNAERT, Anja; ENDARA, Gustavo (Org.). **Democracia participativa e izquierdas: logros, contradicciones y desafíos**. Quito: FES-ILDIS, 2015.

MONTENEGRO, Carolina. **Sobre jasmims, bombas e faraós: reportagens de uma viagem pela primavera árabe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MOREIRA, Julia Bertino. **A questão dos refugiados no contexto internacional: de 1943 aos dias atuais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MUBARAK, ex-presidente do Egito, é libertado. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/mubarak-ex-presidente-do-egito-e-libertado-diz-advogado.ghtml>>. Acesso em: 16 maio 2017.

NETO, Nuno Virgílio; DANTAS, Luiz Renato; CORÉ, Renata. Mais forte que as bombas. **Revista Rotary Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1136, p. 26 – 40, 2017.

NÚMERO de deslocados em todo o mundo passa de 65 milhões, diz ONU. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/numero-de-deslocados-em-todo-o-mundo-passa-de-65-milhoes-diz-onu.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

OS CAPACETES Brancos. Direção: Orlando Von Einsiedel. Produção: Netflix. Los Gatos. Califórnia: NETFLIX, 2016. (40 min.).

PEDRO pelo mundo. 2ª temporada. Direção: Tatiana Issa e Guto Barra. Produção: Producing Partners. Nova Iorque: GNT, 2017. Sky. (1 hora).

PENA, Rodolfo F. Alves. **Principais grupos terroristas da atualidade**. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/grupos-terroristas-mundo.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PEROSA, Teresa. **Onda de ataques terroristas na Europa e nos EUA deve continuar em 2017**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/mundo/noticia/2016/12/onda-de-ataques-terroristas-na-europa-e-nos-eua-deve-continuar-em-2017.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

SANTOS, José Trindade. **A cidade dos homens: Polis – Educação e democracia**. Lisboa: Philosophica, 1994.

SCAMPARINI, Ilze. **ONU registra o número recorde de refugiados e deslocados no planeta**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/onu-registra-o-numero-recorde-de-refugiados-e-deslocados-no-planeta.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SCHILLING, Voltaire. **As origens do terrorismo na história**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/historia/as-origens-do-terrorismo-na-historia,a3d842ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOUSA, Gonçalo. **Como as redes sociais provocaram a primavera árabe**. Disponível em: <<http://www.estrategiadigital.pt/como-as-redes-sociais-provocaram-a-primavera-arabe/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

TOLOTTI, Guilherme Ribeiro. et al. **O modelo geopolítico do Oriente Médio**. Disponível em: <[http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd\\_v72016/artigos/a6\\_modelo\\_geopoliticooe.pdf](http://www.colegiomaededeus.com.br/revistacmd/revistacmd_v72016/artigos/a6_modelo_geopoliticooe.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

TURCI, Fábio. **Entenda como a guerra da Síria virou maior crise humanitária da atualidade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2017/04/entenda-como-guerra-da-siria-virou-maior-crise-humanitaria-da-atualidade.html>. Acesso em: 12 maio 2017.

VISENTINI, Paulo G. F. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ZONA de Conflito. 1ª temporada. Direção: André Pupo. Produção: Hungry Man. São Paulo: Canal History, 2017. Sky (30 min.).